

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA VARA
ÚNICA DA COMARCA DE SANTA ADÉLIA - ESTADO DE SÃO PAULO**

Processo sob nº 0000540-75.2021.8.26.0531

R4C – ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL, regularmente nomeada *Administradora Judicial* nos autos do Pedido de Recuperação Judicial do grupo formado pelas empresas **VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A E OUTROS (GRUPO VO) - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar de relatório mensal de atividades, nos termos da legislação em regência.

Campinas, 23 de maio de 2025.

R4C ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA

Maurício Dellova de Campos

OAB/SP nº 183.917

Arthur F. Cesarini

OAB/SP nº 345.711



ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

Relatório Mensal de Atividades

GRUPO VIRGOLINO DE OLIVEIRA

Março/2024



Sumário

1. INTRODUÇÃO	5
2. DO CENÁRIO ECONÔMICO E DA SITUAÇÃO DAS EMPRESAS	6
2.1. ASPECTOS CONJUNTURAIS E CONTEXTO SETORIAL.....	7
2.2. DA SITUAÇÃO DAS RECUPERADAS.....	10
3. CRIAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS ISOLADAS (UPI'S)	12
4. VISÃO GERAL DAS RECUPERADAS	13
4.1. GRUPO VIRGOLINO DE OLIVEIRA.....	14
4.2. DA COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA.....	18
4.3. DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	19
5. INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E CONTÁBEIS	19
5.1. BALANÇO PATRIMONIAL	20
5.1.1. Disponibilidades.....	21
5.1.2. Contas a Receber.....	21
5.1.3. Estoques	22
5.1.4. Ativo Biológico.....	23
5.1.5. Investimentos	23
5.1.6. Outros Créditos.....	23
5.1.7. Imobilizado	25
5.1.8. Fornecedores.....	27
5.1.9. Contas a Pagar – Cooperativas.....	28
5.1.10. Empréstimos e Financiamentos.....	28
5.1.11. Obrigações Sociais e Trabalhistas	29
5.1.12. Passivo Tributário.....	29
5.1.13. Contas a Pagar – PRJ.....	33
5.1.14. Partes Relacionadas.....	33
5.2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	34
5.2.1. Faturamento e Deduções de Vendas	35
5.2.2. Custo de Vendas.....	35
5.2.3. Lucro Bruto e Despesas Operacionais	35
5.2.4. Resultado Financeiro	36



5.2.5.	<i>Resultado Líquido</i>	38
5.3.	DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA	39
5.3.1.	<i>Atividades Operacionais</i>	39
5.3.2.	<i>Atividades de Investimento</i>	41
5.3.3.	<i>Atividades de Financiamento</i>	41
5.4.	ÍNDICES E INDICADORES	42
5.4.1.	<i>Liquidez Corrente</i>	42
5.4.2.	<i>Liquidez Geral</i>	43
5.4.3.	<i>Endividamento</i>	44
6.	PASSIVO CONCURSAL	45
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
8.	ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL	48
9.	ANEXOS	49

Glossário

GVO	Grupo Virgolino de Oliveira
BP	Balanço Patrimonial
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa
Receita Bruta ou Faturamento	Todas as receitas operacionais auferidas pela empresa em um determinado período, incluindo impostos.
Receita Líquida	Trata-se do faturamento ou receita bruta depois de deduzidos os impostos, devoluções, abatimentos e cancelamentos.
Custo de Vendas	São os gastos relacionados à produção e/ou à prestação de serviços, como mão-de-obra, materiais e serviços de terceiros, que concorrem para a geração das receitas.
Lucro Bruto	Por lucro bruto entende-se o valor que a operação da empresa gera após deduzir-se da receita líquida os custos de vendas. Esse valor deve ser suficiente para cobrir as despesas da empresa e gerar retorno aos sócios.
EBITDA	O EBITDA (<i>Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization</i>) – resultado antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações – representa uma aproximação da geração operacional de caixa da empresa, isto é, o quanto a empresa consegue gerar de recursos apenas em suas atividades operacionais e, por isso, também é chamado de resultado operacional.
Resultado Financeiro	É a diferença entre as despesas financeiras da empresa, que podem ser provenientes de encargos incorridos sobre empréstimos, descontos de duplicatas, variação cambial, entre outras operações, e ganhos obtidos, por exemplo, no mercado financeiro. Não é um resultado ligado diretamente à operação da empresa.
Resultado Não Operacional	É a diferença entre ganhos e despesas referentes a fatos não ligados diretamente à operação da empresa, como aluguéis, venda de um imóvel ou ativo imobilizado, entre outras.
Resultado Líquido	Trata-se de resultado final da empresa, depois de contabilizadas todas as transações e eventos econômico-financeiros ocorridos no exercício/ período.

Grupo Virgolino de Oliveira

1. Introdução

O presente relatório foi elaborado com o objetivo primordial de demonstrar – nos termos da Lei n. 11.101/2005 – Lei de Recuperação de Empresas e Falência – as bases financeiras, operacionais e estratégicas em direção à desejada superação, pelas Recuperadas, da sua crise, de forma a preservar e maximizar sua função social, seja como entidades geradoras de bens e recursos, seja como provedoras de empregos e tributos, resguardando também os interesses da comunidade de credores.

Neste sentido, a presente análise sumária sintetiza, observa e relata a capacidade financeira das Empresas a partir de informações disponibilizadas exclusivamente pelas Recuperadas, não sendo neste momento factíveis de verificação por esta Perita. Confiamos, portanto, na qualidade, completude, rigorosidade e precisão de tais informações¹.

Cabe ressaltar ainda que o relatório leva em consideração outras variáveis de cunho não apenas micro, mas também macroeconômico.

¹ Tendo em vista a presunção de boa-fé e correção por parte das Recuperadas, especialmente por tratar-se de ato que é processado em juízo, submetido, portanto, ao ministério do Poder Judiciário, eis que os relatórios mensais são elaborados por esta Administradora Judicial a partir de informações fornecidas pelas Recuperadas, de modo que estas devem estar cientes de que têm exclusiva responsabilidade pela higidez, correção técnica e veracidade da documentação disponibilizada. Assim, esta auxiliar do juízo não hesitará em adotar as medidas cabíveis caso constatare qualquer indício de fraude na concepção da documentação que serve de base à elaboração dos relatórios mensais.

Com base nos dados que aqui serão apresentados, analisaremos a capacidade das Empresas, no presente momento e contexto, de honrar seus compromissos, tendo em vista o processo de Recuperação Judicial, em especial em face de seus credores.

A partir do mês de agosto/2023, o Grupo Virgolino de Oliveira passou a disponibilizar demonstrações financeiras combinadas, refletindo, portanto, a situação patrimonial e financeira combinada das empresas que o integram, assim como o resultado combinado de suas operações.

O atual relatório retrata as informações disponibilizadas pelas Recuperadas, referentes ao período de **abril/2024 a março/2025**.

Todos os dados contidos neste relatório estão expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado.

2. Do cenário econômico e da situação das Empresas

O objetivo deste tópico é abordar as principais informações sobre a economia, as principais projeções, bem como a situação setorial específica das Recuperadas, visando, assim, uma melhor compreensão.

Na sequência, apresentaremos um resumo da situação combinada das Recuperadas².

² Detalhado pelas próprias Recuperandas.

2.1. Aspectos conjunturais e contexto setorial

A atividade empresarial³ é organizada para a produção, circulação de bens ou de serviços e, como atividade econômica está sujeita a diversos riscos – internos e externos – que podem levar uma empresa a situação de crise financeira.

Neste sentido, além da análise econômico-financeira baseada nas demonstrações contábeis disponibilizadas pela Recuperanda, importa trazer à evidência uma breve análise da conjuntura econômica na qual esta se insere.

Segundo o relatório Focus do Banco Central, divulgado na data de 19/02/2025, estima-se que o PIB brasileiro crescerá 2,02% neste ano, sendo que para o próximo exercício a expectativa é de 1,70%.

A previsão para o câmbio⁴ está em R\$ 5,82/US\$ para o fim deste ano. Para o ano de 2026, os investidores estimam que o câmbio fique em R\$ 5,90/US\$ – informação também relevante, haja vista que várias empresas estão sujeitas à sua variação, afetando assim o seu resultado.

Outra informação importante para aquelas que exportam seus produtos ao resto do mundo diz respeito à Balança Comercial. A expectativa de superávit para 2025 é de US\$ 75,00 bilhões. Em relação ao ano de 2026, a expectativa também é de superávit, que deve alcançar US\$ 78,50 bilhões.

³ Negrão, Ricardo. Direito empresarial: estudo unificado. 5 ed. rev. – São Paulo, 2014.

⁴ Objetivando maior precisão nas projeções realizadas, o BC anunciou em janeiro/2021 que a projeção anual da moeda norte-americana passou a ser calculada a partir da média para a taxa no mês de dezembro e não mais no valor projetado para o último dia útil de cada ano.

Em relação à taxa básica de juros (Selic), o mercado financeiro estima que esta deve encerrar 2025 em 14,75%. Para o ano de 2026, o mercado espera que a taxa de juros fique em 12,50%.

De acordo com as projeções do mercado, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 5,51% na semana anterior para 5,50%, enquanto, para 2026, a projeção se manteve em 4,50%.

Setorialmente, verificam-se diferentes impactos – dada a especificidade de cada um dos segmentos econômicos de atuação.

De acordo com a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Única), a safra 2024/2025 encerra com moagem de 622 milhões de toneladas de cana-de-açúcar nas unidades produtoras da região Centro-Sul, o que representa queda de 4,98% quando comparada às 654,45 milhões de toneladas registradas no ciclo anterior.

O levantamento do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) aponta que a safra recém-encerrada apresentou queda na produtividade agrícola, após registrar recorde de produtividade no ciclo 2023/24. No acumulado de abril de 2024 a março de 2025, as lavouras registraram rendimento de 77,8 toneladas de cana por hectare, representando redução de 10,7% quando comparado com o indicador apurado na safra anterior.

Ainda no que diz respeito a produtividade, importante verificar que São Paulo foi responsável por cerca de 57,5% da moagem de cana-de-açúcar no Centro-Sul, registrando queda de 14,3% na produtividade, o equivalente a 77,6 toneladas de hectare nesta safra – contra 90,6 toneladas por hectare apresentado no ciclo anterior. Nos demais estados produtores, a queda foi de 2,7% em Goiás a 12,7% no Mato Grosso do Sul.

Na segunda quinzena de março, deram início à safra 2025/2026, 23 unidades, enquanto ao término desse período, 61 unidades produtoras estavam em operação na região Centro-Sul. Na safra 2023/2024, no mesmo período, operavam 75 unidades produtoras.

Segundo Luciano Rodrigues, diretor de inteligência setorial da Única:

Apesar da redução da moagem em comparação com a safra anterior, que já era esperada, a safra 2024/2025 registrou a segunda maior moagem na história do Centro-Sul, além de registrar um novo recorde na fabricação de etanol.

A qualidade da matéria-prima colhida na segunda quinzena de março – mensurada em quilogramas de ATR por tonelada de cana-de-açúcar – marca 141,07 Kg de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR) por tonelada de cana, a qual foi superior (1,33%) a safra 2023/2024 (139,22 Kg de ATR por tonelada).

Luciano Rodrigues explica:

Esse ciclo agrícola foi marcado por uma série de desafios agronômicos, operacionais e climáticos. O estresse hídrico ao longo dos meses de desenvolvimento da lavoura afetou a produtividade agrícola e a pureza do caldo de cana-de-açúcar processada, impactando o rendimento na fabricação de açúcar.

E ainda reforça:

No segundo semestre de 2024, ainda tivemos a ocorrência de incêndios e acidentais em várias regiões produtoras, especialmente no Estado de São Paulo, que exigiram esforços das unidades produtoras para minimizar os danos causados.

Referente a produção de açúcar, esta totalizou 40,17 milhões toneladas na safra 2024/2025, apresentando diminuição de 5,31% quando comparada ao recorde histórico registrado no ciclo anterior, o qual foi de 42,42 milhões de toneladas.

Quanto ao mix de produção, Rodrigues aponta que apenas 48,05% da cana-de-açúcar foi direcionado à fabricação do adoçante, sendo a maior parte da cana moída, utilizada na produção de etanol.

Em relação a produção de etanol, considerando o período desde o início da safra 2024/2025, a produção registrou novo recorde. Na safra, foram produzidos 22,59 bilhões de litros de etanol hidratado (+10,27%) e 12,37 bilhões de litros de etanol anidro (-5,63%). Já o biocombustível, a fabricação totalizou 34,96 bilhões de litros, o que representa um crescimento de 4,06% em relação ao volume da safra anterior (recorde anterior).

2.2. Da situação das Recuperadas

Em seus Relatórios Operacionais, as Recuperadas apresentam dados referentes ao desempenho de suas atividades, bem como sua visão a respeito de sua atual situação. Nesse sentido e, segundo as Recuperadas, durante a safra 2024/25, as operações se processaram como segue:

A Recuperanda Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial, está operando na forma de tolling, ou "tolling" em inglês, é um processo em que uma empresa terceiriza a produção de produtos, enquanto mantém o controle sobre as matérias-primas. Essa prática é comum em indústrias como a de químicos, farmacêuticos e alimentos.

Basicamente, uma empresa fornece os insumos necessários para a fabricação e contrata outra empresa para realizar o processo produtivo.

O toller (empresa que realiza a operação) não possui a propriedade dos produtos processados, que pertencem à empresa contratante. Isso permite que a empresa contratante otimize sua produção sem investir em infraestrutura própria.

As unidades operacionais do GVO (Itapira, Jose Bonifácio e Monções) não estão em operação, na segunda quinzena de abril de 2024 a unidade de Ariranha, iniciou suas atividades da safra 2024/2025 na forma de Tolling e terminou a safra na segunda quinzena de outubro, a falta de chuvas teve um impacto significativo na safra de cana-de-açúcar. As condições climáticas adversas resultaram em uma quebra na produtividade, comprometendo o crescimento saudável das plantas. Com a diminuição da umidade no solo, muitas lavouras enfrentaram dificuldades, levando a uma colheita inferior ao esperado.

Além dos efeitos diretos sobre a quantidade de cana produzida, essa escassez hídrica também pode impactar a qualidade do produto final, afetando o teor de açúcar e, consequentemente, os preços. Os produtores estão agora avaliando as melhores estratégias para mitigar esses efeitos e garantir a sustentabilidade de suas operações no futuro. A expectativa é de que as chuvas voltem a regularizar a situação, mas os efeitos da falta de água já estão sendo sentidos e demandam atenção especial. (sic)

No que concerne às operações relacionadas à safra 2025/26, a Recuperanda informa o seguinte:

Em um novo capítulo de sua história, a Virgolino de Oliveira anuncia o fim da parceria de Tolling com o Grupo Itajobi. A partir da safra 2025/2026, a

empresa assume total controle sobre suas operações, com o objetivo de otimizar seus processos e aumentar sua competitividade no mercado. Essa decisão estratégica permitirá à Virgolino de Oliveira implementar novas tecnologias e expandir sua atuação em diferentes segmentos do setor sucroenergético. (sic)

3. Criação das Unidades Produtivas Isoladas (UPI's)

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial (PRJ), aprovado em 30 de janeiro de 2023, foram criadas oito (8) Unidades Produtivas Isoladas (UPI's) como segue:

1. Usinas

Foram constituídas as seguintes sociedades: UPI Usina Catanduva Ltda., UPI Usina Itapira Ltda., UPI Usina Jose Bonifácio Ltda., e UPI Usina Monções Ltda., todas elas tendo como atividade principal o comércio atacadista de máquinas e equipamentos industriais. Referidas sociedades se destinam a receber aporte de capital relativo aos bens operacionais dos seguintes parques industriais: “Usina Catanduva”, “Usina Itapira”, “Usina Jose Bonifácio”, e “Usina Monções”.

2. Imóveis

Foram constituídas as seguintes sociedades: UPI Terras Parte I Ltda., UPI Terras Parte II Ltda., UPI Imóveis Ltda., e UPI Imóveis Urbanos Ltda., todas tendo como atividade principal a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destinam a receber aportes de capital relativo a bens imóveis.

Em julho/2024, referidas UPIs tiveram seu capital social aumentado – até então o capital de cada uma das entidades totalizava R\$ \$ 1.000,00 (um mil reais) – mediante conferência de bens integrantes dos ativos imobilizados de propriedade da Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Alcool, Açucareira Virgolino de Oliveira S/A e Agropecuária Terras Novas S/A. Os bens conferidos em aumento de capital foram avaliados a seus valores contábeis. Os aportes de capital podem ser resumidos como segue:

Entidade	Contribuição de capital (jul/2024) R\$ mil
UPI Usina Catanduva Ltda.	238.642
UPI Usina Itapira Ltda.	124.127
UPI Usina José Bonifácio Ltda.	269.299
UPI Usina Monções Ltda.	210.742
UPI Terras Parte I Ltda.	216.117
UPI Terras Parte II Ltda.	6.190
UPI Imóveis Urbanos Ltda.	627
TOTAL	1.065.744

A administração e diretoria das Recuperandas compete à Sra. Carmen Aparecida Ruete de Oliveira e ao Sr. Virgolino de Oliveira Filho, ambos com mandato até 30 de abril de 2025, e como diretor de operações, o Sr. Marcos Roberto dos Santos, por tempo indeterminado.

4. Visão geral das Recuperadas

Neste tópico será apresentada a composição societária das Empresas, assim como eventuais alterações no que diz respeito às participações societárias. Não menos importante, também relacionaremos os estabelecimentos e filiais (quando houver), com breve descritivo da atividade desenvolvida em cada um, quando segmentada ou diferenciada.

4.1. Grupo Virgolino de Oliveira

A sede do Grupo Virgolino de Oliveira (GVO) se localiza na cidade de Santa Adélia, a aproximadamente 371 Km da capital do Estado.

01 - I	VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - ACUCAR E ALCOOL
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	03/05/1949
CNPJ	49.911.589/0001-79
Inscrição Estadual	374.004.926.118
Endereço	FAZ SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	ARIRANHA
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	10.71-6-00 - Fabricação de açúcar em bruto
CNAE Secundários	19.31-4-00 - Fabricação de álcool
Capital Social (R\$)	33.398.858,90

02 - III	AGROPECUÁRIA NOSSA SENHORA DO CARMOS S/A
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	AGROPECUARIA NOSSA SENHORA DO CARMO S/A
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	19/05/1982
CNPJ	50.031.780/0001-05
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	F SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	N/A
Cidade	ARIRANHA
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	30.526.805,33

03 - V	VIRGOLINO DE OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	VIRGOLINO DE OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	30/09/2004
CNPJ	07.020.561/0001-00
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ SANTO ANTONIO



ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	ARIRANHA
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios
CNAE Secundários	68.10-2-03 - Loteamento de imóveis próprios
	68.21-8-01 - Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis
	68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios
	68.22-6-00 - Gestão e administração da propriedade imobiliária
	68.21-8-02 - Corretagem no aluguel de imóveis
Capital Social (R\$)	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
	77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
114.401.414,00	

04 - VI	AÇUCAREIRA VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	AÇUCAREIRA VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	07/10/2004
CNPJ	07.024.792/0001-83
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ CANOAS
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	JOSE BONIFACIO
Estado	São Paulo
CEP	15.200-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	10.71-6-00 - Fabricação de açúcar em bruto
CNAE Secundários	19.31-4-00 - Fabricação de álcool
Capital Social (R\$)	158.470.124,21

05 - VIII	AGROPECUARIA TERRAS NOVAS S/A
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	AGROPECUARIA TERRAS NOVAS S/A
Nome Fantasia	AGROPECUARIA TERRAS NOVAS
Data de Abertura	07/10/2004
CNPJ	07.024.787/0001-70
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ CANOAS
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	JOSE BONIFACIO
Estado	São Paulo
CEP	15.200-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	790.793.270,29



06 - X	VIRGOLINO DE OLIVEIRA BIOENERGIA LTDA
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	VIRGOLINO DE OLIVEIRA BIOENERGIA LTDA
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	15/02/2017
CNPJ	27.119.194/0001-03
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	Zona Rural
Cidade	Ariranha
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	206-2 - Sociedade Empresária Limitada
CNAE Principal	35.11-5-01 - Geração de energia elétrica
CNAE Secundários	35.30-1-00 - Produção e distribuição de vapor, água quente e ar-condicionado
Capital Social (R\$)	26.380.323,00

07 - XI	USINA CATANDUVA S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	USINA CATANDUVA S/A ACUCAR E ALCOOL
Nome Fantasia	USINA CATANDUVA
Data de Abertura	03/09/1966
CNPJ	44.330.983/0001-08
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	Zona Rural
Cidade	ARIRANHA
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	19.31-4-00 - Fabricação de álcool
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	2.255.622,16

08 - XII	R.O. SERVICOS AGRICOLAS S/A
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	R.O. SERVICOS AGRICOLAS S.A.
Nome Fantasia	R.O. SERVICOS AGRICOLAS
Data de Abertura	08/05/2008
CNPJ	09.575.642/0001-93
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ CANOAS
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	JOSE BONIFACIO

Estado	São Paulo
CEP	15.200-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	01.61-0-99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente
CNAE Secundários	01.61-0-03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita
Capital Social (R\$)	100.000,00

De acordo com os autos, foram citadas filiais:

- Da Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Alcool, CNPJ 49.911.589/0004-11
- Da Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S/A, CNPJ 50.031.780/0132-74
- Da Açucareira Virgolino de Oliveira S/A, CNPJ 07.024.792/0002-64
- Da Agropecuária Terras Novas S/A, CNPJ 07.024.787/0043-20

Os Produtores Rurais seguem caracterizados abaixo:

09 - XIII	CARMEN RUETE DE OLIVEIRA
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	CARMEN RUETE DE OLIVEIRA
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	24/11/2006
CNPJ	08.460.935/0001-62
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ PALMEIRAS SAO JOAQUIM
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	Itapira
Estado	São Paulo
CEP	13.970-005
Natureza Jurídica	412-0 - PRODUTOR RURAL (PESSOA FISICA)
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	10.000,00

10 - XIV	CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	24/11/2006
CNPJ	08.460.973/0001-15
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ CERCADO GRANDE



Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	Itapira
Estado	São Paulo
CEP	13.970-005
Natureza Jurídica	412-0 - PRODUTOR RURAL (PESSOA FÍSICA)
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	10.000,00

Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	VIRGOLINO DE OLIVEIRA FILHO
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	14/11/2006
CNPJ	08.447.511/0001-68
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	SIT' SAO FRANCISCO
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	Itapira
Estado	São Paulo
CEP	13.970-005
Natureza Jurídica	412-0 - Produtor Rural (Pessoa Física)
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	10.000,00

4.2. Da composição societária

A Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Álcool tem como acionistas a Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S/A, com participação de 61,78% no seu capital, sendo o restante de propriedade de pessoas físicas. A Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S/A, a Usina Catanduva S/A e a RO Serviços Agropecuários S/A têm como acionistas pessoas físicas. As demais empresas do Grupo têm seu capital social majoritariamente detido, direta ou indiretamente, pela Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Álcool, exceto a UPI Imóveis Ltda., cujas quotas do capital são integralmente detidas pela Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S/A, e a UPI Imóveis Urbanos Ltda., na qual 99,7% das quotas pertencem ao espólio de Carmen Aparecida Ruete de Oliveira.

4.3. Da estrutura organizacional

As Recuperadas mantêm a seguinte estrutura organizacional:

Período	VO Açúcar Alcool	Agropec Nossa Sra. Do Carmo	Açucareira VO	Agropec Terras Novas	Total GVO
	Consolidado	Consolidado	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Abr/24	310	194	37	47	588
Mai/24	336	192	38	47	613
Jun/24	337	190	37	45	609
Jul/24	367	189	37	45	638
Ago/24	367	189	37	45	638
Set/24	417	187	37	45	686
Out/24	417	187	37	45	686
Nov/24	268	152	36	45	501
Dez/24	232	146	35	46	459
Jan/25	180	135	35	46	396
Fev/25	180	135	35	46	396
Mar/25	180	135	35	46	396

O Grupo encerra o mês de março/2025 com trezentos e noventa e seis (396) postos de trabalho.

5. Informações Econômicas e Contábeis

De acordo com o Pronunciamento 26 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

[...] as demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é

fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados.

Tendo em vista o fato de que as Recuperadas passaram a disponibilizar suas demonstrações contábeis de forma combinada a partir de agosto/2023, toda a situação patrimonial e financeira individual das empresas que compõem o Grupo até o mês de julho/2023, assim como o resultado individual das operações de cada empresa, poderão ser encontrados no Relatório Mensal de Atividades (RMA) de julho/2023.

Cabe ressaltar que o exercício social do GVO tem início no mês de maio de cada ano⁵.

Todos os dados extraídos das demonstrações contábeis do Grupo estão sendo apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

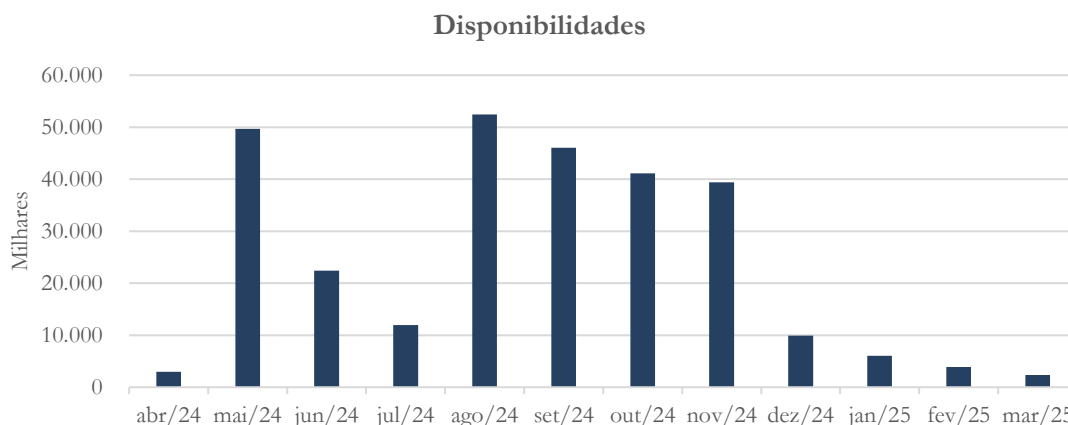
5.1. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, como demonstração contábil, tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente – em uma determinada data – a posição patrimonial e financeira de uma empresa.

⁵ Com exceção aos proprietários rurais, cujo exercício social coincide com o ano fiscal.

5.1.1. Disponibilidades

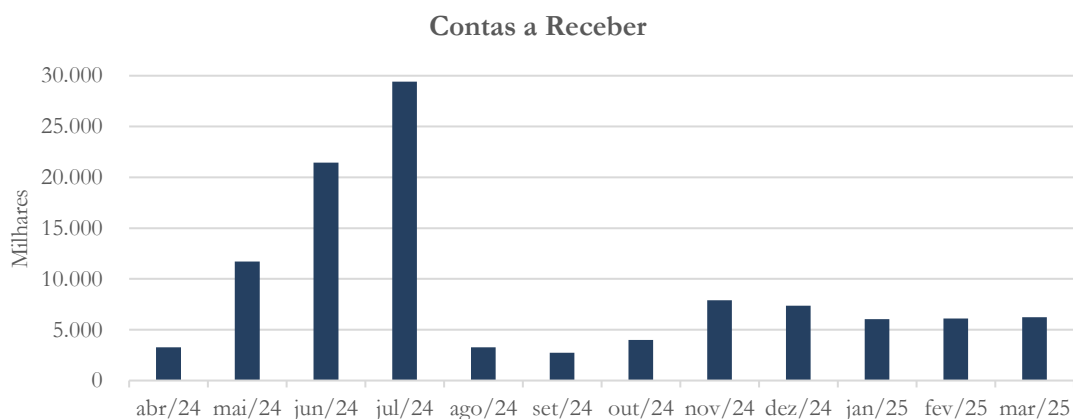
Gráfico 1



O saldo da conta disponível passou de R\$ 6,0 milhões em janeiro/2025, para R\$ 3,9 milhões no mês de fevereiro/2025. Em março/2025 se reduz a R\$ 2,4 milhões, uma contração mensal, portanto, de mais de 30%.

5.1.2. Contas a Receber

Gráfico 2



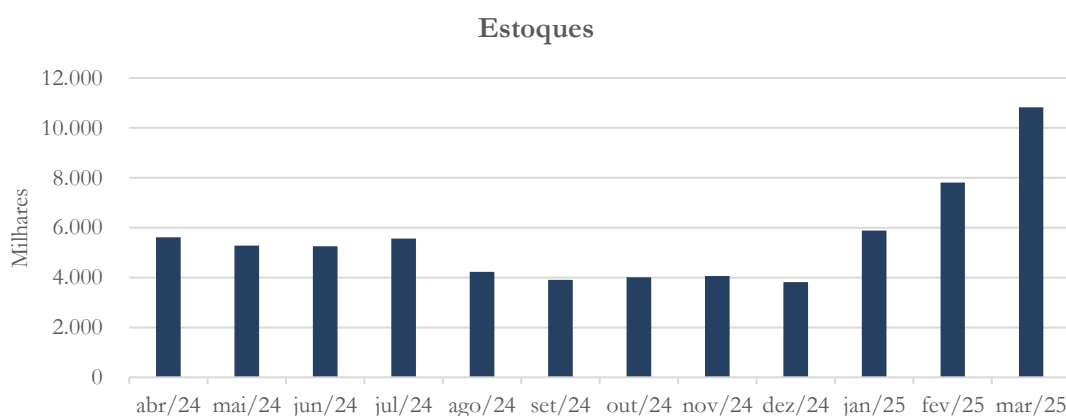
Em janeiro/2025, o Grupo registrava saldo de R\$ 6,0 milhões relacionado a suas contas a receber, o qual se mantém relativamente estável até março/2025, fechando este mês no montante de R\$ 6,2 milhões.

As Recuperadas relataram que vêm auferindo receitas decorrentes de operações de *tolling* – como descrito na Seção 2.2 deste relatório, as quais totalizaram R\$ 11,1 milhões em setembro/2024 e R\$ 10,8 milhões em agosto/2024. Solicitamos fosse esclarecido em que contas são registradas as receitas e custos decorrentes dessas operações e se os recebíveis delas decorrentes vêm sendo tempestivamente embolsados.

As Recuperandas indicaram que as receitas de *tolling* são reconhecidas na conta 62101006 (outras receitas operacionais). No que se refere ao recebimento dos valores em aberto, as Empresas indicaram que estes foram realizados na forma de adiantamentos recebidos de clientes (os quais são registrados no grupo de “outras contas a pagar”, no passivo).

5.1.3. Estoques

Gráfico 3



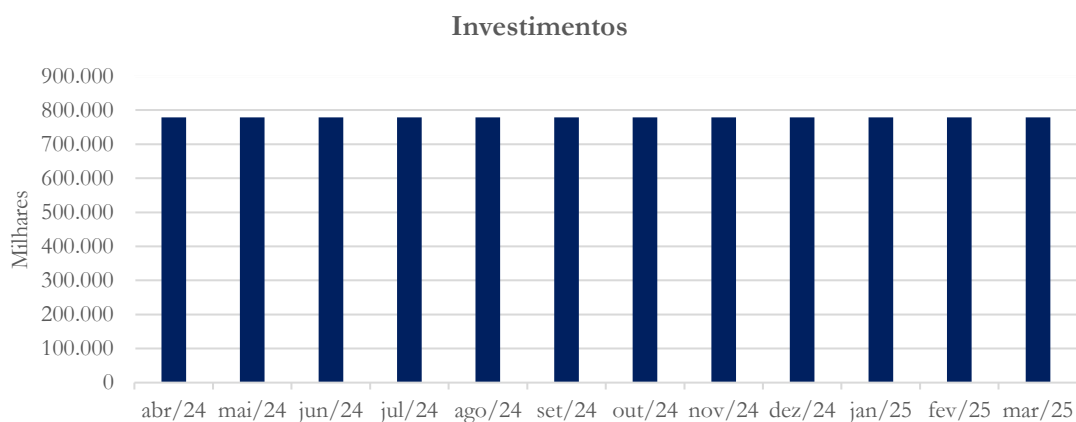
Entre abril/2024 e janeiro/2025, os estoques do Grupo apresentaram saldo médio em torno de R\$ 4,8 milhões. No entanto, em fevereiro/2025 e março/2025 houve aumento relevante, com os estoques atingindo R\$ 7,8 milhões e R\$ 10,8 milhões, respectivamente. Consoante o relatado pelas Recuperandas, os estoques são compostos por insumos agrícolas e materiais em almoxarifado.

5.1.4. Ativo Biológico

As Empresas não apresentam quaisquer valores relacionados a ativos biológicos em seu balanço patrimonial.

5.1.5. Investimentos

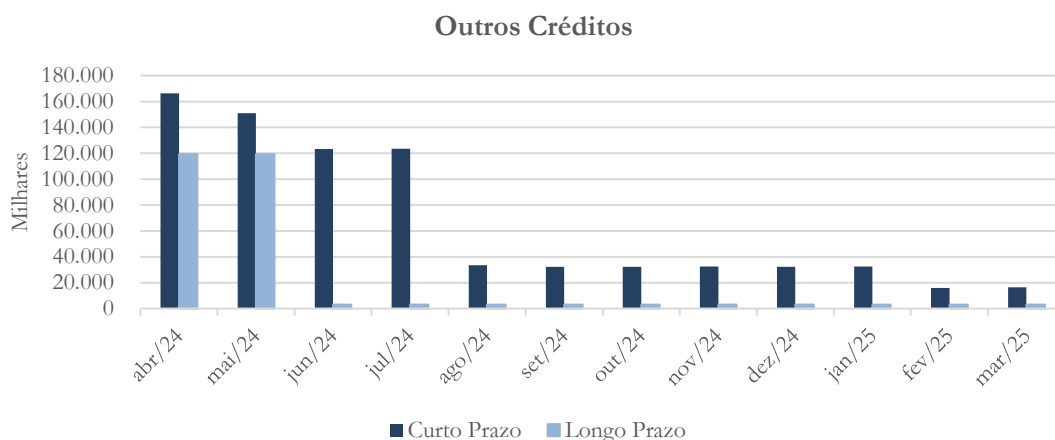
Gráfico 4



Os investimentos mantiveram saldo constante conforme gráfico acima, e se compõem, essencialmente, por ágio na subscrição do capital social da Agropecuária Terras Novas S/A, o qual totaliza R\$ 760,2 milhões.

5.1.6. Outros Créditos

Gráfico 5



Como se pode observar no gráfico acima, os outros créditos registrados nas demonstrações contábeis das Recuperandas apresentam redução ao longo do período, tendo chegado a R\$ 19,7 milhões em março/2025.

De acordo com as Recuperandas, esses ativos dizem respeito a direitos creditórios contra a União Federal, os quais encontram-se *representado pelo saldo de créditos a receber que o grupo possui em processo judicial movido pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – Copersucar, que pleiteou indenização pelas usinas cooperadas, contra o antigo LAA – Instituto do Açúcar e do Alcool (sucedido pela União Federal) por prejuízos decorrentes da defasagem de preços fixados pelo governo federal na década de 1980, conforme a Lei 4.870/65. Existem ainda execuções em andamento de mais R\$ 2.100.000 (cerca de R\$ 94.080 proporcionais à Companhia), que a União Federal apelou alegando excessos. O grupo espera realizar esse crédito atualizado pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo. (sic)*

De acordo com o relatado pelas Recuperandas, de junho/2024 a outubro/2024 foram recebidos cerca de R\$ 91 milhões advindos de liberações de recursos no âmbito do processo. Estes recursos foram utilizados para pagamentos de compromissos

relacionados ao plano de recuperação judicial, conforme sumariado na tabela abaixo⁶ (valores expressos em reais):

Período	Classe I	Classe III	Classe IV	Extra Concursal	Total Geral
Jun/2024	30.460.373,62	635.972,50	236.315,02	3.000.000,00	34.332.661,14
Jul/2024	2.836.071,01	441.991,18	160.798,25	1.312.190,00	4.751.050,44
Ago/2024	3.700.704,29	26.839.985,63	115.798,25	15.656.095,00	46.312.583,17
Set/2024	1.378.169,85	186.230,69	99.542,70	656.095,00	2.320.038,24
Out/2024	2.067.353,64	443.494,68	105.000,00	1.012.713,66	3.628.561,98
Total	40.442.672,41	28.547.674,68	717.454,22	21.637.093,66	91.344.894,97

Solicitamos às Recuperandas que disponibilizem informações atualizadas relativas aos recursos liberados no âmbito do processo.

5.1.7. Imobilizado

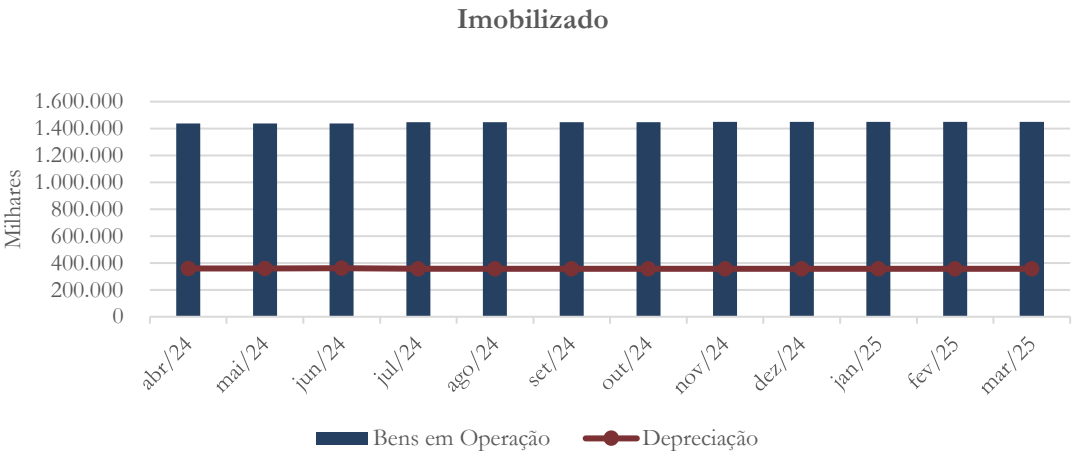
A Lei n. 11.101/05 – que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária – em seu art. 66 dispõe que:

Após a distribuição do pedido de recuperação judicial, o devedor não poderá alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo não circulante, inclusive para os fins previstos no art. 67 desta Lei, salvo mediante autorização do juiz, depois de ouvido o Comitê de Credores, se houver, com exceção daqueles previamente autorizados no plano de recuperação judicial.

A evolução do saldo do imobilizado ao longo do período de doze (12) meses findo em março/2025 é ilustrada no gráfico a seguir:

⁶ Informação preparada pelas Recuperandas, sujeita a futura fiscalização por parte desta auxiliar do juízo.

Gráfico 6



Os bens em operação não apresentam alterações relevantes entre os meses de janeiro/2024 e março/2025, encerrando este mês no valor de R\$ 1,4 bilhões. As depreciações acumuladas totalizavam R\$ 357,5 milhões em março/2025, saldo praticamente constante ao longo do período em análise.

Os saldos mensais das contas que compõem o imobilizado de outubro/2024 a março/2025 podem ser resumidos como segue:

Composição do Imobilizado	out/24	nov/24	dez/24	jan/25	fev/25	mar/25
Lavouras de cana-de-açúcar	0	0	0	0	0	0
Terrenos e propriedades	252.890	252.890	252.890	252.890	252.890	252.890
Edifícios e benfeitorias	92.185	92.185	92.185	92.077	92.077	92.077
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	383.145	383.455	383.639	383.647	383.653	383.654
Móveis e utensílios	9.186	9.189	9.190	9.258	9.258	9.271
Obras em andamento	16.047	16.243	16.353	16.353	16.353	16.353
Mais valia - Ganho de capital de bens	676.464	676.464	676.464	676.464	676.464	676.464
Outras imobilizações	18.201	18.234	18.414	18.225	18.362	18.394
Total	1.448.119	1.448.661	1.449.139	1.448.915	1.449.058	1.449.104

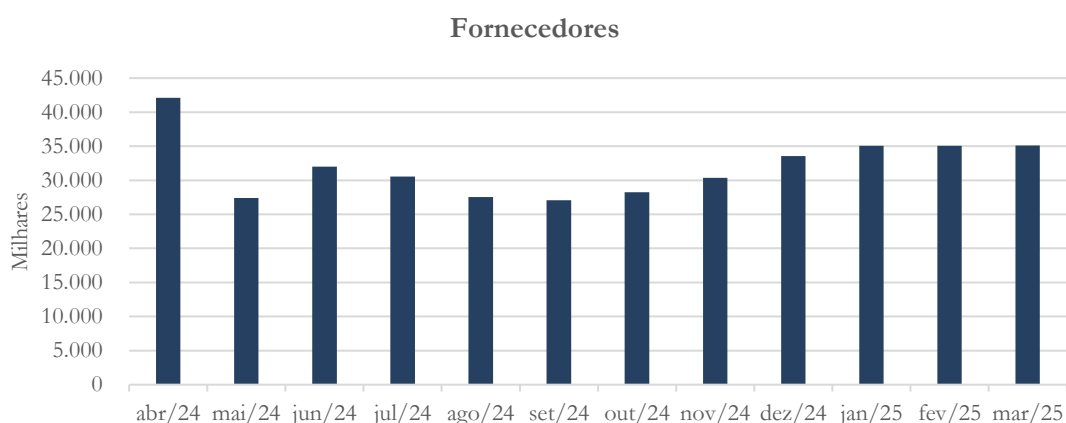
A composição do imobilizado consolidado em julho/2024, fornecida pelas Recuperandas, difere do apresentado nas suas demonstrações contábeis. Solicitamos fosse esclarecida esta divergência e as Recuperandas informaram o quanto segue:

Em observância ao plano de Recuperação Judicial, as Unidades Produtivas Isoladas (UPIs) foram constituídas e os respectivos ativos integralizados durante o mês de julho de 2024. O montante do imobilizado apresentado no Balanço Patrimonial Consolidado encontra-se correto. No entanto, na abertura inicial, houve uma falha na totalização dos ativos imobilizados que compuseram as UPIs, a qual foi devidamente corrigida no mês subsequente, agosto de 2024. (sic)

No que concerne ao saldo da conta “mais valia – ganho de capital de bens”, que totaliza R\$ 676,5 milhões em março/2025, as Recuperadas apresentaram esclarecimentos previamente indicando que se trata de avaliações dos bens das Empresas para fins de preparação das UPI’s, como aprovadas no Plano de Recuperação Judicial.

5.1.8. Fornecedores

Gráfico 7

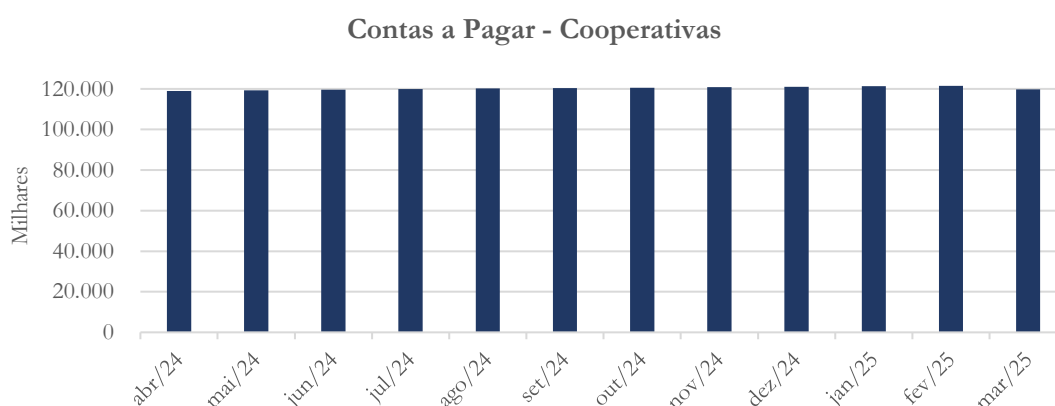


Os valores a pagar a fornecedores se apresentam sem maiores alterações nos primeiros três meses de 2025, encerrando o mês de março/2025 com saldo de R\$

35,1 milhões. O saldo médio de fornecedores se manteve em, aproximadamente, R\$ 32 milhões no período de doze (12) meses em análise.

5.1.9. Contas a Pagar – Cooperativas

Gráfico 8



Os saldos desses passivos se mantêm praticamente inalterados ao longo do período, totalizando R\$ 119,8 milhões em março/2025.

Conforme relatado pelas Recuperadas, os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que o Grupo atuou como cooperado junto à Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo. Os saldos líquidos de operações com a Cooperativas correspondem a recursos recebidos a título de adiantamento de safras futuras.

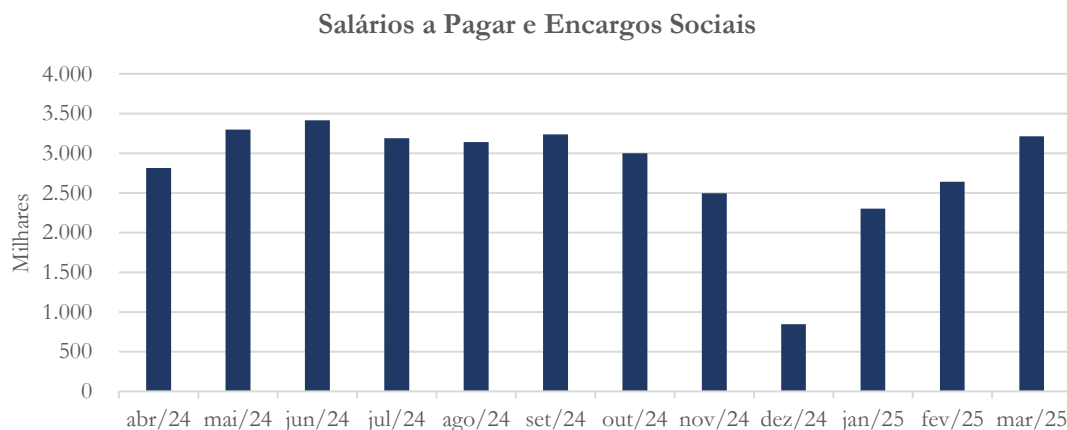
5.1.10. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos totalizam R\$ 48,9 milhões em março/2025, valor que se mantém inalterado desde novembro/2024.



5.1.11. Obrigações Sociais e Trabalhistas

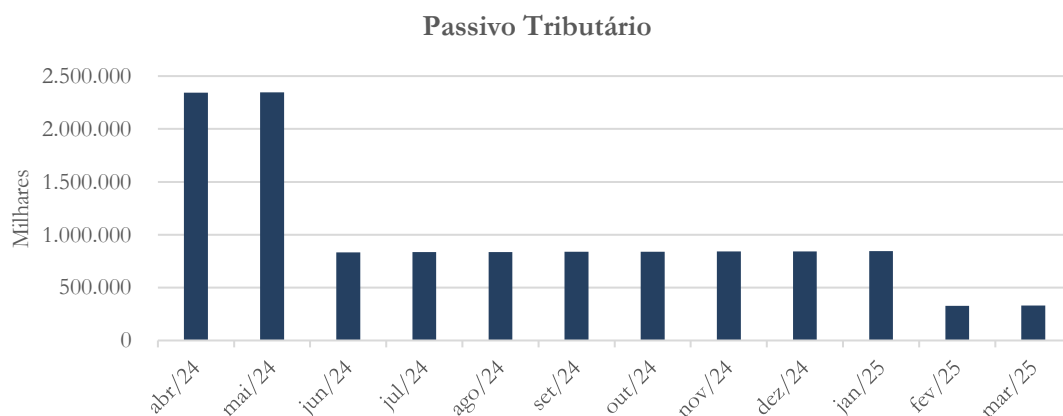
Gráfico 9



As obrigações sociais e trabalhistas apresentam elevações desde dezembro/2024, quando seu saldo era de R\$ 846 mil, e alcançam R\$ 3,2 milhões em março/2025.

5.1.12. Passivo Tributário

Gráfico 10



Como se pode observar no gráfico acima, as Recuperandas registraram substancial redução dos passivos tributários no mês de junho/2024, quando o saldo devido

totalizava R\$ 834,1 milhões, em comparação a R\$ 2,3 bilhões registrados no mês precedente. Desde então, os saldos mantiveram-se no patamar registrado em junho/2024, apresentando nova importante redução em fevereiro/2025, quando alcançam R\$ 328,1 milhões, encerrando, posteriormente, o mês março/2025 com saldo de R\$ 329,7 milhões. Dada a magnitude do decréscimo observado, solicita-se às Recuperandas que esclareçam as suas razões, indicando os impactos observados nas suas demonstrações contábeis.

O quadro a seguir apresenta o resumo dos saldos mensais de impostos e contribuições a recolher de outubro/2024 a março/2025:

Passivo Tributário	out/24	nov/24	dez/24	jan/25	fev/25	mar/25
Tributos federais	13.712	14.179	14.669	15.048	17.080	17.699
Tributos estaduais	706.098	706.109	706.073	706.051	229.233	229.233
Previdenciário	13.860	14.422	15.229	13.372	13.667	14.537
Tributos municipais	7.089	7.145	7.245	7.294	7.406	7.473
Outros	41.176	41.176	41.176	43.800	2.623	2.623
FGTS	58.222	58.195	58.169	58.129	58.103	58.158
Total	840.157	841.225	842.560	843.693	328.111	329.724

A partir de junho/2024, as Recuperadas passaram a registrar, no passivo circulante, obrigações relacionadas a tributos parcelados. Este passivo totaliza R\$ 216,2 milhões em janeiro/2025, fechando março/2025 no montante de R\$ 247,9 milhões. Solicita-se às Recuperandas que esclareçam o ocorrido, indicando as transações que deram origem ao registro dessas obrigações.

Conforme solicitação de esclarecimentos, a principal razão para redução do saldo das obrigações tributárias entre maio/2024 e junho/2024 se refere a verbas de natureza previdenciária, parcialmente compensadas com o registro de parcelamentos de impostos. Neste sentido, as Recuperadas relatam o que segue:



Em 17 de Junho de 2024, foram liberados recursos no montante de R\$ 58.086.573,31 (Cinquenta e oito milhões, oitenta e seis mil, quinhentos e setenta e três reais e trinta e um centavos), recursos utilizados para pagamentos nos dias 19 e 20 de junho de FGTS, Contribuição Social LC 110/01, Demais Débitos Federais e Débitos Previdenciários, conforme o acordo de parcelamento tributário que foi firmado em 01 de fevereiro de 2023, “Termo de Transação Individual” entre as recuperandas e a (PGFN) Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, acordo consolidado dia 18 de junho de 2024. A parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final. (sic)

Solicitamos às Recuperadas que complementassem informações sobre as movimentações observadas nos saldos de seu passivo tributário entre maio/2024 e junho/2024, ao que as Empresas acrescentaram:

Em junho de 2024, foi deferido o acordo de transação com a PGFN para débitos previdenciários e demais débitos. Após a regularização dos saldos, foram concedidos descontos previstos em lei, incluindo a utilização de créditos fiscais de prejuízos e base negativa.

No balanço patrimonial de junho de 2024, constavam R\$ 834.111 em "Impostos e Contribuições a Recolher" e R\$ 216.177 em "Impostos Parcelados".

Na rubrica de impostos parcelados, R\$ 116.540 referem-se ao acordo de transação e R\$ 99.637 a parcelamentos de FGTS.

Os pagamentos realizados a título de entrada foram:

- Débitos previdenciários: R\$ 27.580.799,02*
- Demais débitos: R\$ 13.567.975,47*



O demonstrativo da PGFN com os detalhes do acordo segue abaixo.

Demonstrativo de Consolidação de "débitos previdenciários"

Demonstrativo	Principal	Multa/Juros/Encargos	Total
Total sem reduções (A)	347.504.695,16	416.733.942,64	764.238.637,80
Descontos previstos em lei (B)	0,00	411.925.946,65	411.925.946,65
Utilização de créditos (C)	243.253.286,61	3.365.597,17	246.618.883,78
Total com reduções (A - C - B)	104.251.408,54	1.442.398,78	105.693.807,32

Demonstrativo de Consolidação de "demais débitos"

Demonstrativo	Principal	Multa/Juros/Encargos	Total
Total sem reduções (A)	150.188.908,76	252.948.281,60	403.137.190,36
Descontos previstos em lei (B)	0,00	229.822.053,77	229.822.053,77
Utilização de créditos (C)	105.132.236,12	16.188.359,46	121.320.595,58
Total com reduções (A - C - B)	45.056.672,63	6.937.868,33	51.994.540,96

Mais recentemente, em fevereiro/2025, as Recuperandas passaram a registrar valores a pagar no âmbito de parcelamentos tributários, no passivo não circulante, pelo montante de R\$ 287,2 milhões, valor que não apresentou alterações significativas no mês de março/2025, encerrando este mês com saldo de R\$ 287,8 milhões. Tendo em vista a relevância dos passivos ora reconhecidos, solicita-se às Recuperandas que esclareçam a sua fundamentação, indicando os impactos observados nas suas demonstrações contábeis

As Recuperadas ainda relataram o quanto segue:

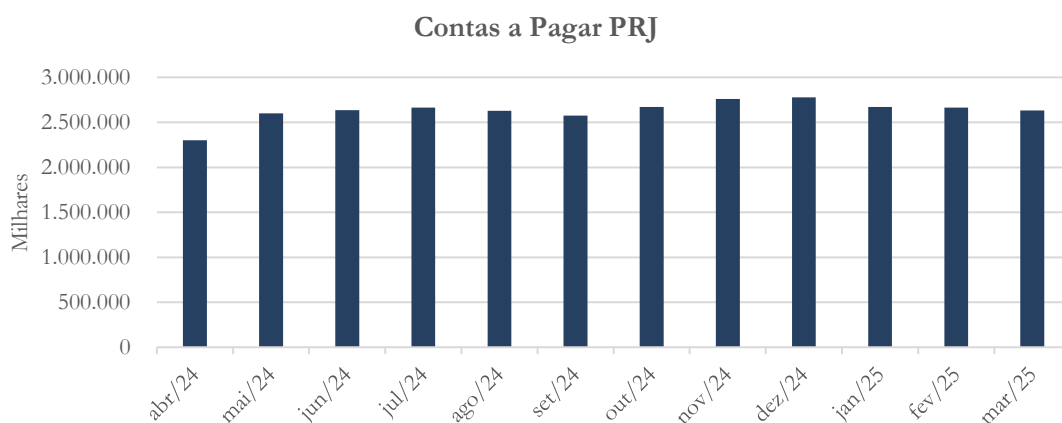
Em 19 de Abril de 2024, foi firmado junto a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e a recuperanda Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA no qual foi parcelado o ICMS em 24 meses, a parcela inicial foi paga dia 29/04/2024.

Em 07 de Maio de 2024, foi firmado junto a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e a recuperanda Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA no qual foi parcelado os débitos não tributário em 36 meses, a parcela inicial foi paga dia 31/07/2024.

A companhia está pleiteando junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional do Estado de São Paulo e com os Municípios de Ariranha, Itapira, José Bonifácio e Monções, todos no Estado de São Paulo, para negociar o passivo tributário. (sic)

5.1.13. Contas a Pagar – PRJ

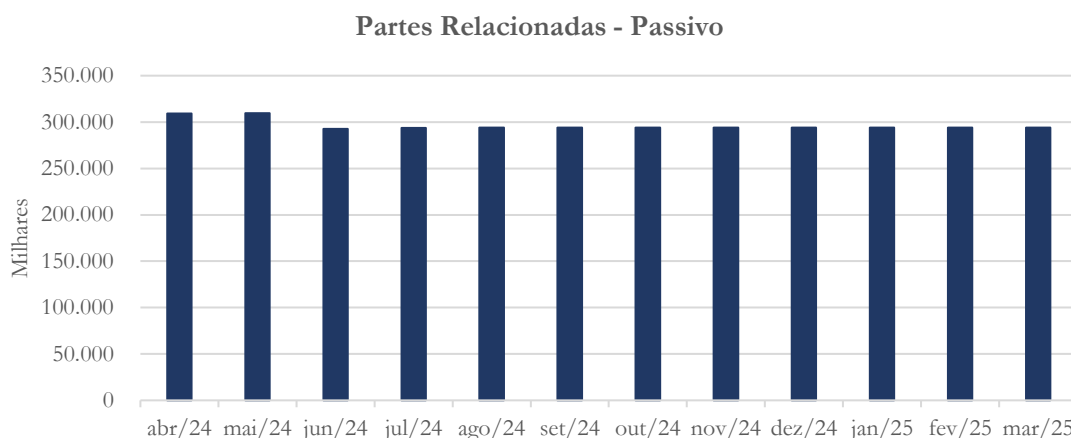
Gráfico 11



O saldo da conta "Contas a Pagar PRJ" apresentou redução entre dezembro/2024, quando totalizava R\$ 2,8 bilhões, e janeiro/2025, quando chegou a R\$ 2,7 bilhões. Até março/2025 esses passivos apresentam novas reduções, chegando a R\$ 2,6 bilhões.

5.1.14. Partes Relacionadas

Gráfico 12



Os saldos de valores a pagar a partes relacionadas se mantiveram inalterados desde julho/2024 no montante de R\$ 293,8 milhões.

O saldo remanescente de transações com partes relacionadas nas demonstrações contábeis combinadas preparadas pelo Grupo se refere a transações com pessoas físicas, dentre elas sócios das empresas. Como se pode observar no gráfico acima, houve redução dos valores a pagar entre maio/2024 (data em que os valores devidos totalizavam R\$ 309,7 milhões) e junho/2024, quando alcançaram R\$ 292,6 milhões. Solicitamos às Recuperadas que esclarecessem sobre as razões para referida redução. Conforme relatado pelas Recuperandas, o decréscimo se deu em decorrência do acordo de transação junto à PGFN (referido anteriormente neste relatório), tendo sido transferida parte da dívida para a Virgolino de Oliveira S/A.

5.2. Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), como relatório contábil é confeccionada junto com o Balanço Patrimonial e oferece uma síntese econômica das

atividades operacionais e não operacionais de uma empresa, permitindo visualizar, assim, se ela está gerando lucro ou prejuízo em um determinado período.

5.2.1. Faturamento e Deduções de Vendas

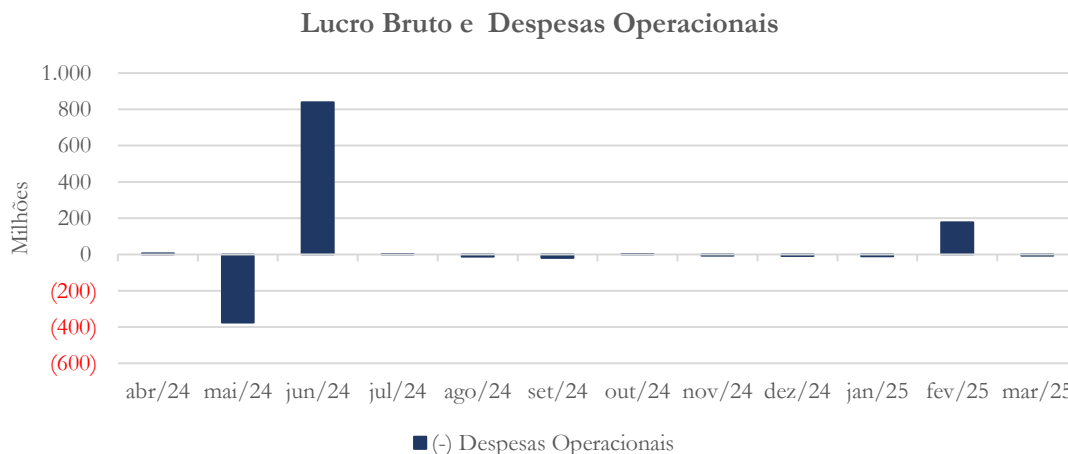
O Grupo não registrou receita de vendas e deduções de abril/2024 a março/2025.

5.2.2. Custo de Vendas

O Grupo não apresentou qualquer movimentação ou registro de custo de vendas durante todo o período em análise.

5.2.3. Lucro Bruto e Despesas Operacionais

Gráfico 13



Considerando a ausência de registro de receitas e custos de vendas, conforme descrito anteriormente, não houve apuração de lucro bruto ao longo do período.

As despesas operacionais (gerais e administrativas) apresentaram diminuição, passando de R\$ 5,9 milhões em janeiro/2025 para R\$ 5,8 milhões em fevereiro/2025 e chegaram a R\$ 3,7 milhões em março/2025.

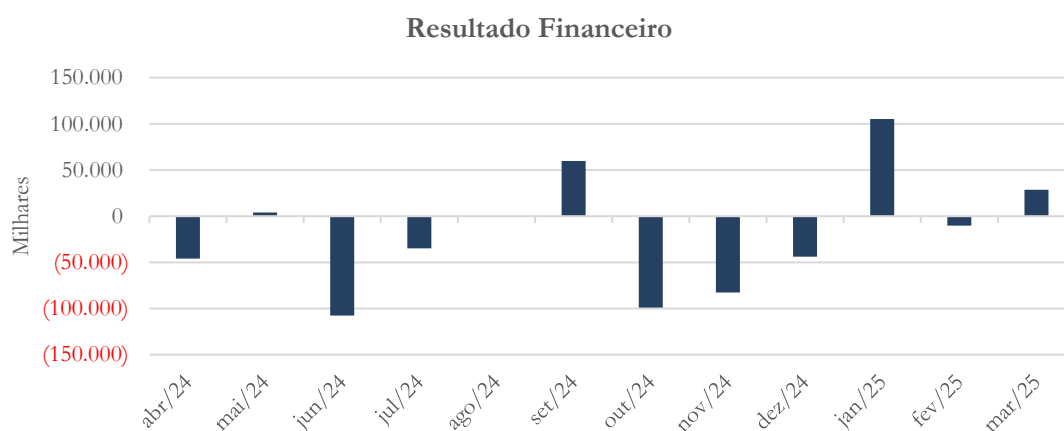
As Recuperandas registraram, no grupo de despesas operacionais, ganhos que superaram suas despesas. Referidos ganhos, líquidos de despesas, totalizaram R\$ 665,4 milhões no período de maio/2024 a março/2025.

Esses ganhos foram registrados principalmente em conta intitulada “receitas/despesas plano de recuperação judicial”, a título de outras receitas operacionais. As Recuperandas esclareceram que os ganhos se concentram em maio/2024, se referindo a ajustes de saldos junto a credores concursais e parcelamento tributário junto à PGFN. Dada a relevância dos efeitos ora citados, reiteramos nossa solicitação às Recuperadas para que nos apresentem sua composição, por natureza e com os respectivos valores apurados.

Cabe, ainda menção ao fato de que se observa o registro de ganhos operacionais em fevereiro/2025 no montante de R\$ 183,7 milhões. Tendo em vista a magnitude desse resultado, solicitamos às Recuperandas que esclareçam sobre sua origem, composição e fundamentação

5.2.4. Resultado Financeiro

Gráfico 14



As Recuperandas registraram despesas financeiras líquidas nos onze (11) meses do exercício 2024/25 no valor total de R\$ 180,4 milhões.

Como se pode observar no gráfico acima, as despesas financeiras apresentam relevante aumento entre maio/2024 e junho/2024, atingindo nesse mês R\$ 107,4 milhões. Em setembro/2024 as Recuperadas apuraram receitas financeiras líquidas no montante de R\$ 60,0 milhões e em outubro/2024, despesas financeiras líquidas no montante de R\$ 98,9 milhões. Dada a relevância desses efeitos, solicitamos às Recuperadas que esclarecessem as razões para tanto. As Recuperandas apresentaram as seguintes informações:

O valor de R\$ 107,4 milhões apresentado no DRE de junho refere-se à variação cambial, resultante da valorização do dólar (de R\$ 5,2416 em 31 de maio de 2024 para R\$ 5,5589 em 30 de junho de 2024).

Em setembro de 2024, as receitas financeiras totalizaram R\$ 60,0 milhões, substancialmente representado pela rubrica, “Variações Cambiais, Líquidas”;

impulsionadas pela variação cambial (de R\$ 5,6562 em 31 de agosto de 2024 para R\$ 5,4481 em 30 de setembro de 2024).

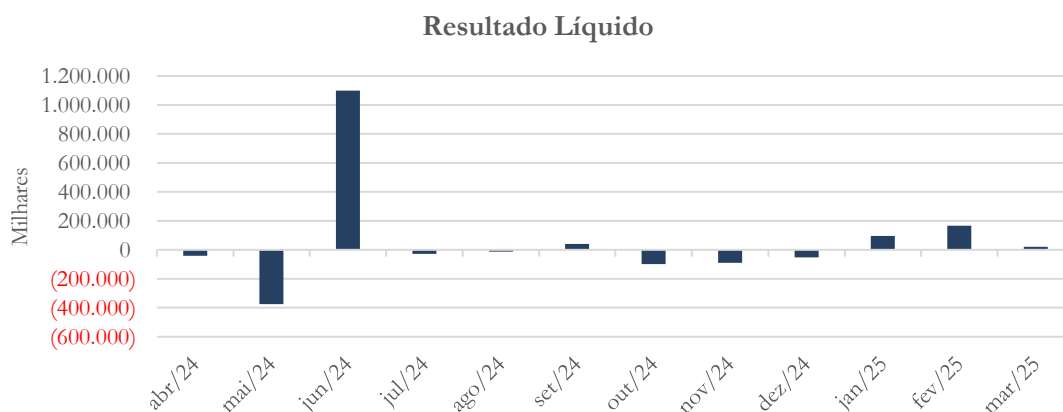
Em outubro de 2024, as despesas financeiras somaram R\$ 98,9 milhões, substancialmente representado pela rubrica, “Variações Cambiais, Líquidas”, também influenciadas pela variação cambial (de R\$ 5,4481 em 30 de setembro de 2024 para R\$ 5,7779 em 31 de outubro de 2024).

As variações cambiais mencionadas acima referem-se a dívidas da empresa com credores em moeda estrangeira, e seu impacto nos resultados financeiros pode ser, como positivo, negativo. (sic)

Nota-se ainda, novos resultados positivos líquidos nos meses de janeiro/2025 e março/2025, nos valores, respectivamente, de R\$ 105,4 milhões e R\$ 28,6 milhões. Tendo em vista a magnitude desses efeitos, solicitamos às Recuperandas que esclareçam sobre sua origem, composição e fundamentação.

5.2.5. Resultado Líquido

Gráfico 15



Refletindo os fatos acima expostos, nos onze (11) primeiros meses do exercício social 2024/25, as Recuperandas registraram lucro líquido no montante de R\$ 769,9 milhões (nos três primeiros do ano de 2025 o lucro líquido total apurado foi de R\$ 284,2 milhões).

5.3. Demonstrativo do Fluxo de Caixa

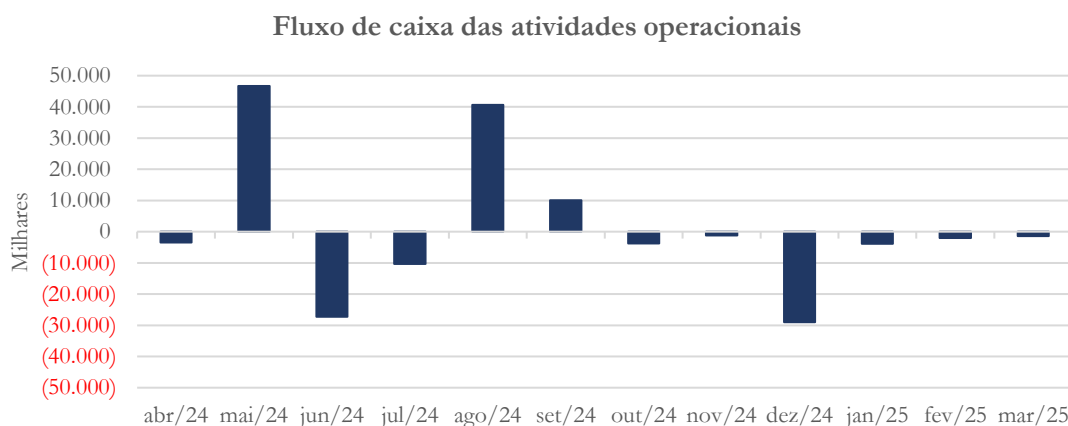
De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 03 R2), a demonstração dos fluxos de caixa proporciona aos usuários das demonstrações contábeis parâmetro a respeito da capacidade de uma empresa gerar ou não caixa e equivalentes de caixa, bem como o uso destes recursos.

A DFC compreende os fluxos de caixa gerados ou utilizados nas atividades operacionais, de investimento e de financiamento, as quais apresentaremos abaixo.

5.3.1. Atividades Operacionais

Decorrente da atividade operacional, o montante do fluxo de caixa demonstrará se as operações realizadas por uma empresa são suficientes para manter sua capacidade operacional, amortizar dívidas, fazer face a novos investimentos e remunerar os acionistas, mediante pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Gráfico 16



O fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais do Grupo registra geração de recursos no montante de R\$ 18,5 milhões no período de onze (11) meses iniciando em maio/2024 e findo em março/2025.

A demonstração de fluxos de caixa de julho/2024 incluía ganhos de capital na avaliação de bens de capital, que somavam R\$ 1,1 bilhões. Tendo em vista a magnitude deste valor e a natureza da transação, solicitamos às Recuperandas esclarecimentos sobre o ocorrido.

As Recuperandas esclareceram o quanto segue:

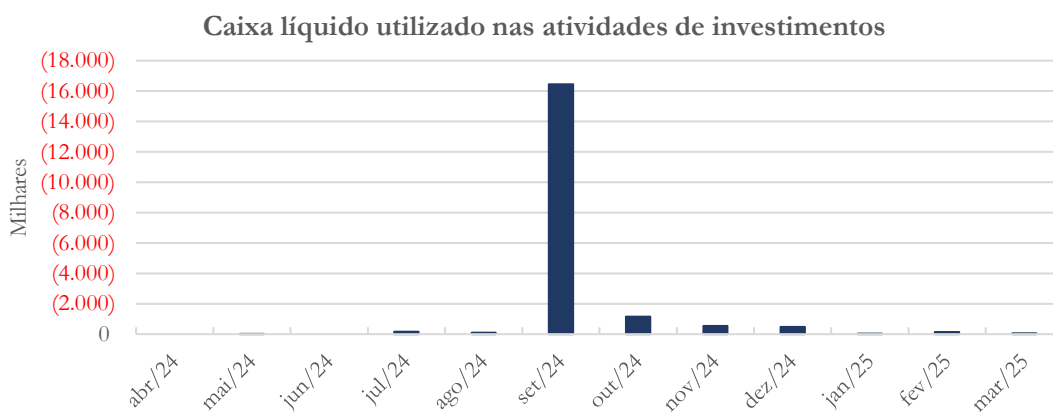
Na Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) consolidada, os valores de baixa de imobilizados e aquisição de ativos foram apresentados incorretamente. Ao invés de serem apresentados de forma líquida, os valores foram somados, incluindo as transações entre empresas do grupo que foram integralizadas em UPIs. O quadro abaixo demonstra a correção necessária. (sic)

Desta forma, os dados expostos no gráfico acima já levam em consideração os ajustes necessários efetuados.

5.3.2. Atividades de Investimento

O fluxo advindo dessas atividades representa os gastos com despesas de capital ou ganhos gerados por atividades de investimento, visando o patrimônio de longo prazo, isto é, o negócio em funcionamento.

Gráfico 17



O fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento do Grupo demonstra ter havido aplicação de recursos no montante de R\$ 19,1 milhões no período de onze (11) meses findo em março/2025.

O Grupo relatava ter aplicado recursos na aquisição de ativo imobilizado e tratos culturais no mês de julho/2024, no montante de R\$ 1,1 bilhões. Conforme acima aclarado pelas Recuperandas, este montante fora incluído equivocadamente na demonstração de fluxo de caixa. Os dados utilizados neste relatório levam em conta os valores ajustados.

5.3.3. Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa das atividades de financiamento representa principalmente as captações e amortizações de dívidas.

Nos meses analisados, o Grupo não utilizou ou gerou recursos em suas atividades de financiamento.

5.4. Índices e Indicadores

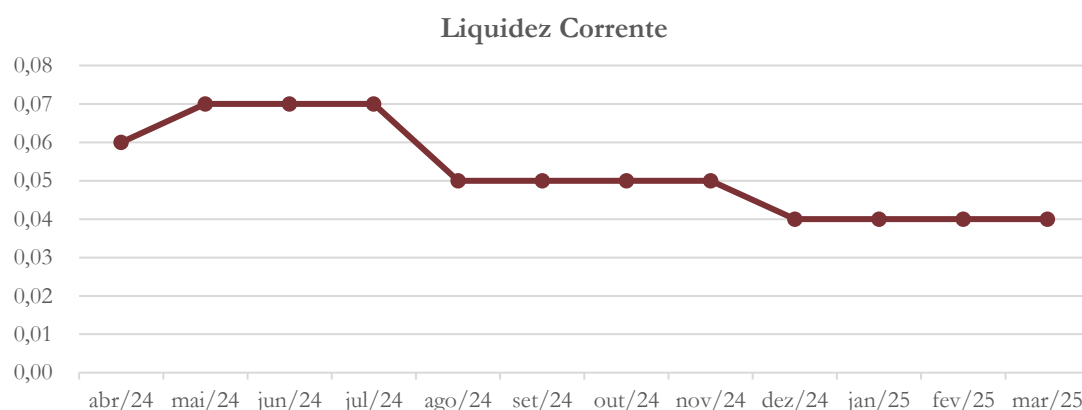
Os índices e indicadores são resultados obtidos através da análise contábil de uma empresa, os quais fornecem informações relevantes a respeito das operações realizadas, possibilitando uma melhor avaliação, via fórmulas matemáticas, na averiguação das demonstrações contábeis.

5.4.1. Liquidez Corrente

A liquidez corrente⁷ – obtida através da razão entre o ativo circulante e o passivo circulante – tem como objetivo demonstrar se a empresa tem condições financeiras de honrar suas obrigações imediatas, ou seja, aquelas de curto prazo.

⁷ Quanto maior for o índice encontrado, melhor é a situação de liquidez da empresa.

Gráfico 18



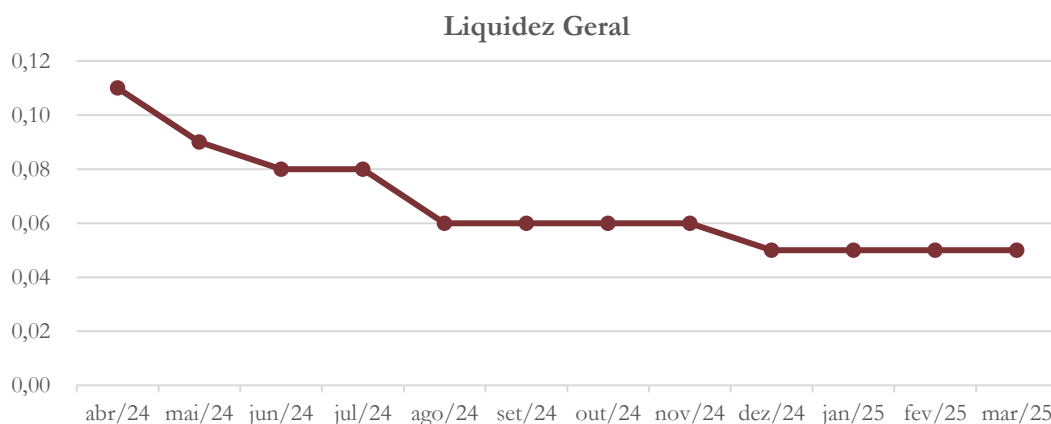
No mês de março/2025, o Grupo dispunha de R\$ 0,04 de ativos correntes para honrar cada R\$ 1,00 de passivos de curto prazo contabilizados.

5.4.2. Liquidez Geral

Este índice objetiva comparar a capacidade de uma empresa a curto e a longo prazos⁸. Neste sentido, quando o resultado deste indicador for menor que 1, em tese, a empresa estaria com problemas financeiros e, conseqüentemente, apresentaria dificuldades em cumprir suas obrigações.

⁸ Calcula-se a liquidez geral através da soma do ativo circulante e realizável a longo prazo dividido pela soma do passivo circulante e não circulante.

Gráfico 19

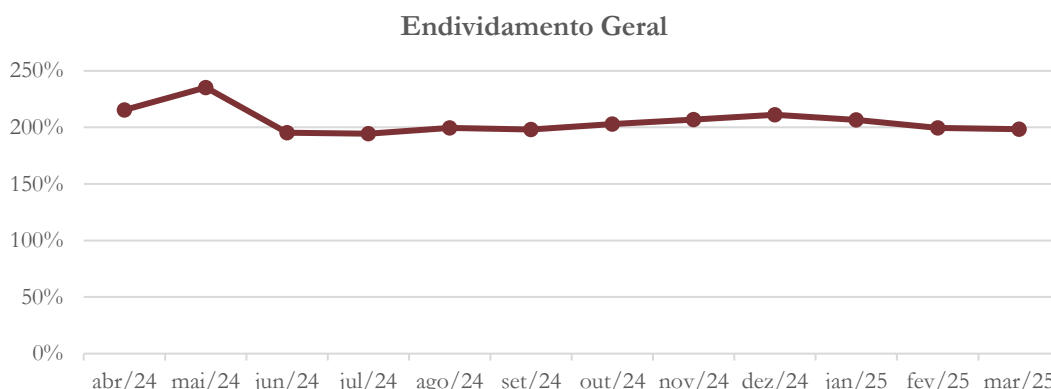


Este índice apresenta redução a partir de maio/2024. Em março/2025, as Recuperadas dispunham de R\$ 0,05 de ativos correntes e não correntes para cada R\$ 1,00 de passivos de curto e longo prazos.

5.4.3. Endividamento

O objetivo deste índice é verificar o percentual de capital de terceiros que uma empresa utiliza num período sob análise. Neste sentido, quanto mais elevado for o índice, maior o grau de endividamento no andamento de suas atividades.

Gráfico 20

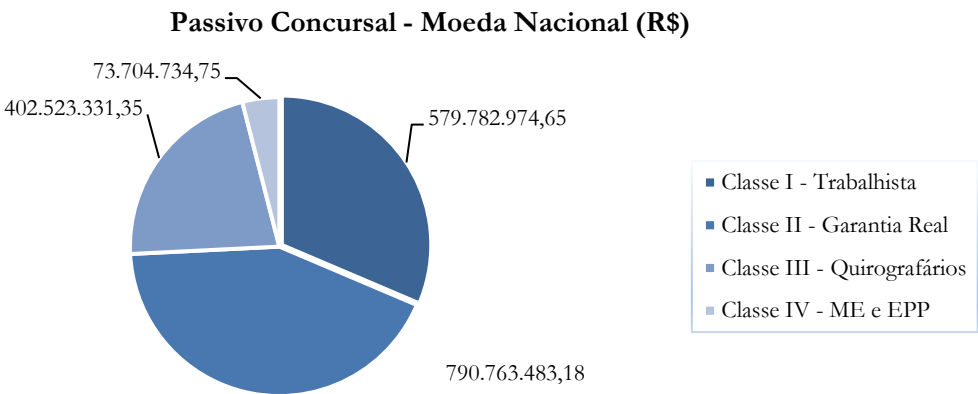


Conforme o gráfico acima, a Recuperanda apresenta alta participação de capital de terceiros na sua operação. Os seus passivos totais representam, aproximadamente, o dobro de seus ativos totais.

6. Passivo concursal

Conforme a lista do art. 7º, § 2º, da Lei n. 11.101/2005, o passivo sujeito aos efeitos da recuperação judicial se distribui como segue:

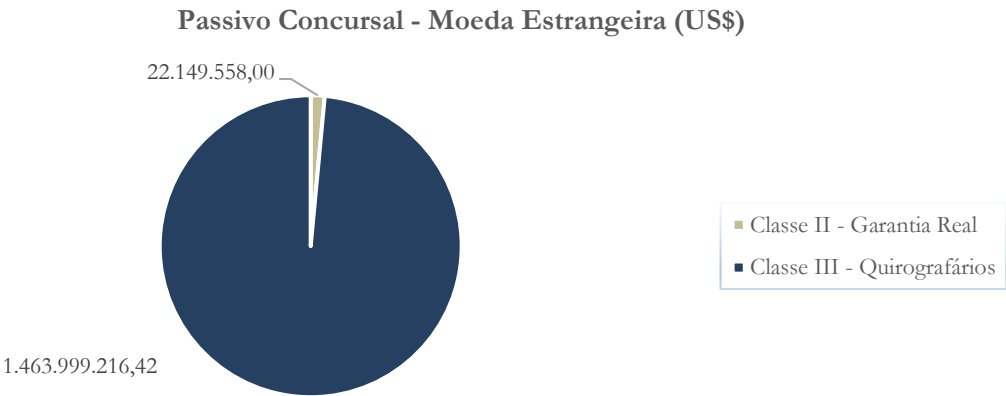
Gráfico 21



O valor do sujeito ao concurso de credores totaliza R\$ 1,8 bilhões, compostos conforme demonstrado na tabela a seguir:

Classes de Credores	Valor (Reais)	Participação
Classe I - Trabalhista	579.782.974,65	31,39%
Classe II - Garantia Real	790.763.483,18	42,82%
Classe III - Quirografários	402.523.331,35	21,80%
Classe IV - ME e EPP	73.704.734,75	3,99%
Total	1.846.774.523,93	100,00%

Gráfico 22





O Grupo apresenta passivo concursal em dólares norte-americanos no valor de US\$ 1,48 bilhões, conforme tabela abaixo:

Classes de Credores	Valor (USD)	Participação
Classe I - Trabalhista	0,00	0,00%
Classe II - Garantia Real	22.149.558,00	1,49%
Classe III - Quirografários	1.463.999.216,42	98,51%
Classe IV - ME e EPP	0,00	0,00%
Total	1.486.148.774,42	100,00%

O Grupo acumula passivo extraconcursal no valor de R\$ 9,1 milhões.

As Recuperandas registram no seu passivo valores a pagar no contexto da recuperação judicial no montante de R\$ 2,6 bilhões em março/2025.

7. Considerações finais

Em julho/2024 foi completado o processo de aumento de capital das UPIs anteriormente constituídas pelo Grupo, mediante contribuição de bens do ativo imobilizado de certas Recuperandas. As contribuições correspondem aos valores contábeis até então registrados pelas empresas que procederam às integralizações.

O Grupo não apresenta atividades operacionais nos primeiros onze (11) meses de seu exercício social (2024/25), que se inicia em maio de cada ano. Seu resultado se compõe essencialmente de ganhos líquidos, os quais alcançaram, aproximadamente, R\$ 665,4 milhões no período, sendo principalmente relacionados ao processo recuperacional e decorrentes de transações celebradas junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. As demais despesas gerais e administrativas somaram R\$ 82,8 milhões.

As despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 180,4 milhões no período de maio/2024 a março/2025. As Recuperandas também registraram despesas com depreciações no valor de R\$ 1,1 milhões e créditos com a provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 366,7 milhões no mesmo período.

Todos os efeitos considerados resultaram na apuração de lucro líquido no montante de R\$ 769,9 milhões nos onze (11) primeiros meses do exercício social 2024/25, iniciado em maio/2024.

Cabe menção ao fato de que, comparativamente a dezembro/2024, nota-se redução dos ativos de curto prazo, primordialmente decorrente da diminuição das disponibilidades, que passaram de R\$ 9,9 milhões naquela data para R\$ 2,4 milhões em março/2025 e também de outros créditos, representados principalmente por direitos indenizatórios, que se retraíram em torno de R\$ 16 milhões. Já em relação aos passivos totais, observam-se reduções relevantes no mesmo período, notadamente de obrigações fiscais (R\$ 225 milhões) e das contas a pagar no contexto do PRJ (R\$ 143 milhões). Salienta-se o fato de que os passivos do Grupo excedem seus ativos pelo montante de R\$ 2,0 bilhões ao final de março/2025.

Por fim, no tocante aos índices econômico-financeiros, não se verificam alterações relevantes, sinalizando ainda forte restrição de liquidez e elevado endividamento, o qual corresponde a, aproximadamente, o dobro dos ativos totais do Grupo.

No mais, continuaremos acompanhando!

8. Acompanhamento processual



Recuperação Judicial

Processo n. 1000626-29.2021.8.26.0531

28/05/2021	• Pedido de Recuperação Judicial
08/06/2021	• Deferimento do Pedido de Recuperação Judicial
30/06/2021	• Edital do Artigo 52, § 1º da Lei 11.101/2005.
10/08/2021	• Plano de Recuperação Judicial
06/10/2021	• Edital do Artigo 53 da Lei 11.101/2005.
09/11/2021	• Edital do Artigo 7º da Lei 11.101/2005.
11/07/2022	• PRJ consolidado
11/07/2022	• Aprovação do PRJ
08/12/2022	• Homologação do PRJ
21/11/2024	• Edital do certame judicial – UPI Monções
02/12/2024	• Edital do certame judicial – UPI José Bonifácio
24/01/2025	• Edital do certame judicial – UPI Imóveis
18/03/2025	• Novo PRJ
21/03/2025	• Edital de nova AGC – art. 36 LRF
28/04/2025	• AGC – (Suspensão)
28/04/2025	• Aditamento – Novo PRJ

Para verificação do andamento processual acesse o site: www.r4cempresarial.com.br

9. Anexos

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.
e empresas controladas (Grupo Virgolino de
Oliveira) – Em Recuperação Judicial
Demonstrações Financeiras em
31 de janeiro de 2025

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

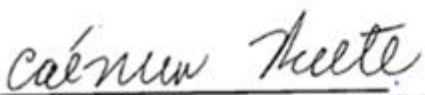
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial
Relatório da administração

Aos Acionistas da
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Virgolino de Oliveira que incluem os Balanços patrimoniais, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de caixa e as Notas explicativas da Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas (Grupo Virgolino de Oliveira) – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 9 (nove) meses findos em 31 de janeiro de 2025.

Ariranha (SP), 8 de abril de 2025.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
CPF: 848.781.698-34


GIOVANI RODRIGO PRAIS
CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2025
 Valores em Milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO

Circulante	Nota	31/01/2025
Caixa e Equivalentes de Caixa		6.045
Contas a Receber	3	6.036
Estoques	4	5.882
Impostos a Recuperar	5	82.321
Contas a Receber - Cooperativa		-
Adiantamentos a Fornecedores		26.721
Ativo Biológico		-
Outros Créditos	6	32.456
Total do ativo circulante		159.460
Não Circulante		
Depósitos Judiciais		29.497
Outros Créditos	6	3.174
Ativo Fiscal Diferido		15.371
Partes Relacionadas - Ativo		-
Total do realizável a longo prazo		48.042
Investimentos	7	778.943
Imobilizado	8	
Custo		1.448.915
Depreciação Acumulada		(357.425)
Direito de Uso		46
		<u>1.870.479</u>
Total do ativo não circulante		1.918.521
Total do ativo		2.077.981

PASSIVO

Circulante	Nota	31/01/2025
Fornecedores		35.064
Empréstimos e Financiamentos		48.859
Salários a Pagar e Encargos Sociais	9	2.301
Contas a pagar - Cooperativa	10	52.686
Impostos e Contribuições a Recolher	11	843.693
Impostos parcelados		216.229
Outras Contas a Pagar		20.067
Contas a Pagar PRJ	12	2.670.713
Passivo de Arrendamentos		46
Total do passivo circulante		3.889.657
Não Circulante		
Empréstimos e Financiamentos		-
Contas a pagar - Cooperativa	10	68.594
Provisão para Contingências	13	43.245
Passivo Fiscal Diferido		606
Partes Relacionadas - Passivo	14	293.863
Impostos e Contribuições a Recolher		242
Provisão para perdas em investimentos	7	-
Total do passivo não circulante		406.550
Capital Social	15	57.733
Reserva de Capital		7.519
Ajuste de avaliação patrimonial		10.196
Prejuízos Acumulados		(2.293.673)
Total do patrimônio líquido		(2.218.225)
Total do passivo		4.296.206
Total do passivo e patrimônio líquido		2.077.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

	Nota	31/01/2025	
		Mensal	Acumulado
Receita Bruta de Vendas	16	-	-
Impostos Sobre Vendas		-	-
Receita líquida de vendas		-	-
Variação do valor justo dos ativos biológicos		-	-
Custo dos Produtos Vendidos		-	-
Lucro (prejuízo) bruto		-	-
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e Administrativas	17	(5.867)	(72.583)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais, Líquidas		(4.671)	483.734
Total das despesas operacionais		(10.537)	411.151
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		(10.537)	411.151
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-
Depreciações e amortizações	8	(42)	1.131
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido		(10.579)	412.282
Resultado financeiro	18		
Receitas Financeiras		0	1.127
Despesas Financeiras		(2.162)	(17.153)
Receitas (Despesas) Financeiras PRJ		-	-
Variações Cambiais, Líquidas		107.539	(182.698)
Resultado financeiro líquido		105.377	(198.723)
IRPJ / CSLL - Diferido		78	367.152
Lucro (prejuízo) do período		94.876	580.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2025
 Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO ABRANGENTE

	31/01/2025	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	94.876	580.712
Ajustes acumulados de conversão	-	-
Resultado abrangente total	94.876	580.712

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Exercícios societários de 9 (nove) meses findos em 31 de janeiro de 2025
 Valores em Milhares de Reais

	Capital social	Reserva de Capital	Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de abril de 2024	48.680	7.519	10.196	(2.874.385)	(2.807.990)
Integralização de capital	9.053				9.053
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	580.712	580.712
Em 31 de janeiro de 2025	<u>57.733</u>	<u>7.519</u>	<u>10.196</u>	<u>(2.293.673)</u>	<u>(2.218.225)</u>

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2025
 Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

	31/01/2025	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	94.876	580.709
Ajustado por:	-	-
Depreciação e amortização	60	(1.113)
Impostos diferidos	-	-
Variação no valor justo dos ativos biológicos	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	(0)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Baixa de reservas para o resultado	-	-
Valor residual do ativo imobilizado baixado	264	1.073.264
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	-	2.250
	95.200	1.655.109
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber	1.316	(2.753)
Estoques	(2.064)	(273)
Adiantamentos a fornecedores	936	10
Outros créditos	108	371.380
Ativos e passivos fiscais diferidos	(78)	787
Fornecedores	1.507	(7.290)
Salários e encargos sociais	1.455	(515)
Depósitos Judiciais	-	12
Impostos e contribuições a recolher	2.206	(1.283.334)
Outras contas a pagar	888	(8.411)
Contas a Pagar PRJ	(105.315)	369.151
Partes relacionadas	(3)	(15.175)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(3.846)	1.078.698
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e de Tratos culturais	(40)	(1.084.667)
Integralização de capital e investida	-	9.053
Incorporação de acervo patrimonial	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(40)	(1.075.614)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(3.886)	3.085
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	6.027	6.027
No início do período	9.913	2.942
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(3.886)	3.085

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. (companhia) é a empresa líder do Grupo Virgolino de Oliveira, e tem sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como atividade preponderante o cultivo da cultura de cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes, à sua controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em Recuperação Judicial, e/ou a outras usinas, que exercem a atividade industrial. Essa companhia possui várias filiais, em municípios dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, que operam com as mesmas atividades preponderantes do cultivo da cana-de-açúcar.

O Grupo Virgolino de Oliveira possui ainda as seguintes sociedades:

- a) **Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, do etanol e de demais derivados de cana-de-açúcar, bem como operações de compras e vendas no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos seus produtos é oriunda substancialmente de lavouras da controladora Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A., de fornecedores e de acionistas, adquiridas em condições específicas definidas entre as partes. Essa Companhia possui ainda uma filial, com o mesmo objeto social, no município de Itapira, no Estado de São Paulo;
- b) **Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados de cana-de-açúcar; geração e comercialização de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar e operações de compra e venda no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é oriunda substancialmente de lavouras da sua controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial, de fornecedores e de acionistas adquiridas em condições definidas entre as partes; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- c) **Agropecuária Terras Novas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante o cultivo da cultura da cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes e preferencialmente à companhia Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial, que exerce a atividade industrial; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- d) **Usina Catanduva S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tem por objeto social a fabricação e o comércio de açúcar e álcool e demais derivados da cana-de-açúcar; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

- e) **R.O. Serviços Agrícolas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto social a prestação de serviços de mão de obra para o setor agrícola e de máquinas agrícolas com operador, para empresas do Grupo Virgolino de Oliveira e/ou seus fornecedores agrícolas; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;
- f) **Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- g) **Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, e tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- h) **Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- i) **UPI Imóveis Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI IMÓVEIS LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 2,00 (Dois reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 282.075/24-0 de 19 de julho de 2024;
- j) **UPI Imóveis Urbanos Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI IMÓVEIS URBANOS LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 626.696,00 (Seiscentos e vinte e seis mil, seiscentos e noventa e seis reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 295.503/24-5 de 31 de janeiro de 2025;
- k) **UPI Terras Parte I Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI TERRAS PARTE I LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 216.117.015,00 (Duzentos e dezesseis milhões, cento e dezessete mil e quinze reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 295.502/24-1 de 31 de janeiro de 2025;

- l) **UPI Terras Parte II Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI TERRAS PARTE II LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 6.190.496,00 (Seis milhões, cento e noventa mil, quatrocentos e noventa e seis reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 269.458/24-4 de 19 de julho de 2024;
- m) **UPI Usina Catanduva Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Catanduva”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA CATANDUVA LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 238.642.188,00 (Duzentos e trinta e oito milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, cento e oitenta e oito reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 269.083/24-8 de 22 de julho de 2024;
- n) **UPI Usina Itapira Ltda.**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Itapira”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA ITAPIRA LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 124.127.671,00

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

(Cento e vinte e quatro milhões, cento e vinte sete mil, seiscentos e setenta e um reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 284.283/24-1 de 24 de julho de 2024;

- o) **UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Jose Bonifácio”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado.
 Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA JOSÉ BONIFÁCIO LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 269.299.127,00 (Duzentos e sessenta e nove milhões, duzentos e noventa e nove mil, cento e vinte e sete reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 269.459/24-8 de 19 de julho de 2024, e
- p) **UPI Usina Monções Ltda.**, com sede no município de Monções, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada unipessoal, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Monções”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado.
 Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA MONÇÕES LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 210.742.394,00 (Duzentos e dez milhões, setecentos e quarenta e dois mil, trezentos e noventa e quatro reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 282.095/24-0 de 19 de julho de 2024.

O exercício social dessas companhias compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte, exceto em relação as companhias Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural, Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural e Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural, que possuem exercício social semelhante ao ano fiscal - janeiro a dezembro de cada ano – e, nesse contexto, seus resultados foram ajustados, para que as demonstrações financeiras consolidadas reflitam o período societário de 9 (nove) meses findos em 31 de janeiro de 2025.

Em 28 de maio de 2021 o Grupo Virgolino de Oliveira entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; e obteve a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV.

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial.

Em 1 de fevereiro de 2023 o Grupo Virgolino de Oliveira, firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no qual todo passivo fiscal tributário será liquidado. Os tributos em atraso estão sendo consolidados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Por esse acordo, alinhado ao Plano de Recuperação Judicial homologado, haverá um pagamento inicial com recursos financeiros no montante de R\$ 53.215, já retidos e destinados para esse fim, nos autos do processo da Recuperação Judicial 1000626-29.2021.8.26.0531, além disso haverá a possibilidade da utilização de saldos de Prejuízos fiscais e de Bases Negativas da Contribuição Social, a parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

Em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 22 de fevereiro de 2023, foi deferido efeito suspensivo no Plano de Recuperação Judicial.

Em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 13 de março de 2024, foi deferido e reestabelecido o Plano de Recuperação Judicial.

Em 17 de Junho de 2024, foram liberados recursos no montante de R\$ 58.086.573,31 (Cinquenta e oito milhões, oitenta e seis mil, quinhentos e setenta e três reais e trinta e um centavos), recursos utilizados para pagamentos da 1ª Parcela nos dias 19 e 20 de junho de FGTS, Contribuição Social LC 110/01, Demais Débitos Federais e Débitos Previdenciários, conforme o acordo de parcelamento tributário que foi firmado em 01 de fevereiro de 2023, “ Termo de Transação Individual “ entre as recuperandas e a (PGFN) Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, acordo consolidado dia 18 de junho de 2024, a 2ª Parcela do “ Termo de Transação Individual “, vencerá em 30/06/2025.

A parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

Em 19 de Abril de 2024, foi firmado junto a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e a recuperanda Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA no qual foi parcelado o ICMS em 24 meses, a parcela inicial foi paga dia 29/04/2024.

Em 07 de Maio de 2024, foi firmado junto a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e a recuperanda Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA no qual foi parcelado os débitos não tributário em 36 meses, a parcela inicial foi paga dia 31/07/2024.

A companhia formalizou sua adesão ao ACORDO PAULISTA Edital/PGE/TR nº 3/2024. Este acordo oferece condições para a negociação de dívidas de ICMS de empresas que se encontram em processo de Recuperação Judicial.

Em sequência, a companhia iniciará as negociações com os Municípios de Ariranha, Itapira, José Bonifácio e Monções, todos situados no Estado de São Paulo, buscando soluções para eventuais débitos municipais.

A situação atual das empresas: As unidades operacionais do GVO (Itapira, José Bonifácio e Monções) encontram-se atualmente paralisadas. A unidade de Ariranha, por sua vez, está programada para iniciar suas operações na segunda quinzena de abril de 2025, visando recuperar os níveis de produção anteriores.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização do ativo biológico, mensurado pelo seu valor justo conforme descrito adiante, e de outros ativos e passivos, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o grupo atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do grupo.

2.3 Transações, saldos e conversões em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional do grupo (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

- a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;

- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos, quando existentes, das operações do grupo no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.4 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

O grupo realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

As plantações de cana-de-açúcar (soqueiras) são classificadas como ativo imobilizado, mensuradas pelo custo amortizado e são depreciadas ao longo de seis safras subsequentes, de forma linear, que leva em conta o período de vida útil econômica do canavial.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

O grupo revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	7,80%
Máquinas e implementos agrícolas	15,59%
Veículos e equipamentos de transportes	17,02%
Outros imobilizados	12,99%

2.5 Ativo biológico

O CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola/ IAS 41 – *Agriculture*, abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, exceto plantas portadoras ou produtos agrícolas (na época da colheita). O ativo biológico e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda e é apresentado no ativo circulante considerando que a maturidade e colheita da cana-de-açúcar é de doze ou dezoito meses, conforme a muda utilizada no plantio.

A metodologia adotada pelo grupo para satisfazer essa exigência de cálculo é a avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar através do fluxo de caixa descontado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, tais como área produtiva e expectativa de produção, custos de plantio e de manutenção são revisadas anualmente, por ocasião da elaboração do balanço societário; outras estimativas como preços de comercialização dos produtos, são revisados periodicamente. As principais estimativas são: produção e produtividade por área, quantidade de açúcar (sacarose) por tonelada de cana-de-açúcar, preço do açúcar, preço do etanol, custos de plantio e custos de manutenção dos canaviais, taxa de câmbio, gastos com frete, colheita e transporte, além de taxas de juros.

A variação no valor justo do ativo biológico, de forma positiva ou negativa, até o limite de mais valias registradas, é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica “Custos dos produtos vendidos”. A parcela realizada é decorrente do consumo da porção do valor justo alocado aos estoques em períodos anteriores.

Na apuração do valor justo, o grupo leva em conta as seguintes considerações:

(i) Metodologia de avaliação

A metodologia utilizada na avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar é a do fluxo de caixa descontado.

(ii) Taxa de desconto

A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado é de 4,18% e representa o custo médio ponderado do capital (WACC), líquido de tributos. Esta taxa, revisada anualmente, é utilizada para ser aplicada aos fluxos de caixas futuros do ativo biológico.

(iii) Visão geral de mercado

A cana-de-açúcar própria tem duas origens distintas: (a) de plantio em terras próprias; e (b) de plantio de terras arrendadas ou mantidas em regime de parceria rural junto a terceiros, sendo o grupo o responsável por toda a atividade agrícola. Esses contratos têm vigência normalmente em períodos de seis anos (um ciclo, podendo haver renovação).

2.6 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

O grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.7 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

O grupo reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não se reconhece uma provisão.

O grupo constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos do grupo, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável ao grupo, em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

O grupo é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas ao custo e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e não excedem o valor de realização, e representam substancialmente estoques de insumos agrícolas, materiais de almoxarifado e outros.

5 Impostos a recuperar

	31/01/2025
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	59.357
Programa de Integração Social - Pis e Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	15.001
Outros	7.964
	<u>82.321</u>

6 Outros créditos

A composição dos saldos e a seguir apresentado:

	31/01/2025
Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal	31.616
Empréstimos compulsórios	2.830
Demais contas a receber	1.184
	<u>35.630</u>
 Ativo circulante	 32.456
Ativo não circulante	<u>3.174</u>
	<u>35.630</u>

Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal

Está representado pelo saldo de créditos a receber que o grupo possui em processo judicial movido pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – Copersucar, que pleiteou indenização pelas usinas cooperadas, contra o antigo IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool (sucedido pela União Federal) por prejuízos decorrentes da defasagem de preços fixados pelo governo federal na década de 1980, conforme a Lei 4.870/65.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

7 Investimentos

A composição dos investimentos é assim apresentada:

	31/01/2025
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	18.781
Agropecuária Terras Novas S.A - Agio na subscrição de capital	760.162
	<u>778.943</u>

O investimento no CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A., é avaliado ao custo, ajustado pelo valor justo. O ágio apurado na subscrição de aumento de capital da controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – em recuperação judicial no capital social da também controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – em recuperação judicial, é apresentado ao custo.

Investimentos avaliados ao custo em outras empresas

O grupo possui alguns outros investimentos, avaliados ao custo e remanescentes em sua escrituração há várias décadas. Apesar de alguns deles estarem relacionados a empresas existentes, não foi possível identificar e confirmar a adequada participação detida em cada uma dessas empresas. Em função de todo o tempo transcorrido, as expectativas de sucesso na localização desses investimentos, bem como, a sua adequada avaliação e mensuração são mínimas, em razão disso, foram constituídas “Provisões para perdas” nos exatos valores integrais desses investimentos, e registrado em conta de Provisão para Perdas em Investimentos, classificada no Ativo não circulante. Os investimentos e a provisão constituída *(estão sendo apresentados em Reais – R\$)* conforme segue:

	Custo	Provisão Perdas
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	1.430	(1.430)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia IPC90	894	(894)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	316	(316)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus	94.241	(94.241)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus IPC90	282	(282)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	230	(230)
Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba	26	(26)
Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba IPC90	26	(26)
Cooperativa Regional Agropecuária de Campinas	87	(87)
Cooperativa Regional Agropecuária de Campinas IPC90	87	(87)
Banco Bradesco S.A.	285	(285)
Banco Fenícia S.A.	2	(2)
Banco Nacional S.A.	3.344	(3.344)
Banco Brasileiro Comercial S.A. - BBC	50.000	(50.000)
Embraer S.A.	13.446	(13.446)
Condecer S.A.	25.177	(25.177)
FISSET PESCA SUDEPE	654	(654)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	47.656	(47.656)
Fundo de Investimentos Setoriais FISSET - PESCA	14.455	(14.455)
Hospital São Domingos S.A.	2.491	(2.491)
Pagrisa Pastoril Agrícola S.A.	1.222	(1.222)
FINOR - Fundo de Investimentos no Nordeste	3.057	(3.057)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	19.328	(19.328)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.125	(1.125)
Cooperativa de Mococa	582	(582)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.119	(1.119)
	<u>281.562</u>	<u>(281.562)</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

8 Imobilizado

O imobilizado consolidado tem a seguinte composição:

Descrição	31/01/2025			31/12/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	252.890	-	252.890	252.890
Edifícios e benfeitorias	92.077	(54.930)	37.147	37.198
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	383.647	(277.072)	106.576	106.604
Móveis e utensílios	9.258	(7.716)	1.542	1.477
Obras em andamento	16.353	-	16.353	16.353
Mais valia - Ganho de capital de bens	676.464	-	676.464	676.464
Outras imobilizações	18.225	(17.707)	518	786
	1.448.915	(357.425)	1.091.490	1.091.773

A movimentação consolidada no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em				Saldo em
	31/12/2024	Adições	Depreciações	Baixas / Reclassif.	31/01/2025
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	252.890	-	-	(0)	252.890
Edifícios e benfeitorias	37.198	-	(14)	(37)	37.147
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	106.604	36	(37)	(27)	106.576
Móveis e utensílios	1.477	-	(4)	68	1.542
Obras em andamento	16.353	-	-	-	16.353
Mais valia - Ganho de capital de bens	676.464	-	-	-	676.464
Outras imobilizações	786	4	(4)	(268)	518
	1.091.773	40	(60)	(264)	1.091.490

Apresentamos a seguir, a composição e a movimentação do Imobilizado e das depreciações acumuladas, por empresa integrante do Grupo Virgolino de Oliveira, como segue:

Na controladora Agropecuaria Nossa Senhora do Carmo S.A.

Descrição	31/01/2025			31/12/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	11.189	(8.983)	2.206	2.220
Outras imobilizações	8.884	(8.787)	98	95
	20.074	(17.770)	2.304	2.315

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Adições	Depreciações	Baixas/ Reclassif.	Saldo em 31/01/2025
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	2.220	-	(14)	-	2.206
Outras imobilizações	95	4	(2)	(0)	98
	2.315	4	(16)	(0)	2.304

Na controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açucar e Alcool:

Descrição	31/01/2025			31/12/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	37
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	1.710	(37)	1.673	1.702
Móveis e utensílios	95	(4)	91	26
Obras em andamento	541	-	541	541
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-
Outras imobilizações	354	(75)	278	547
	2.699	(117)	2.582	2.852

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/01/2025
Terrenos e propriedades	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	37	-	-	(37)	-
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	1.702	36	(37)	(27)	1.673
Móveis e utensílios	26	-	(4)	68	91
Obras em andamento	541	-	-	-	541
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-	-
Outras imobilizações	547	-	-	(268)	278
	2.852	36	(42)	(264)	2.582

Na controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.

Descrição	31/01/2025			31/12/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-
Obras em andamento	-	-	-	-
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-
	-	-	-	-

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/01/2025
Terrenos e propriedades	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-	-
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-
Obras em andamento	-	-	-	-	-
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Na controlada Agropecuaria Terras Novas S.A.

Descrição	31/01/2025			31/12/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	4.075	-	4.075	4.075
Edifícios e benfeitorias	13.576	(13.300)	276	276
Obras em andamento	95	-	95	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-
Outras imobilizações	8.862	(8.757)	105	108
	<u>26.608</u>	<u>(22.057)</u>	<u>4.551</u>	<u>4.553</u>

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/01/2025
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	4.075	-	-	(0)	4.075
Edifícios e benfeitorias	276	-	-	0	276
Obras em andamento	95	-	-	-	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-	-
Outras imobilizações	108	-	(2)	(0)	105
	<u>4.553</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>(0)</u>	<u>4.551</u>

Na UPI Usina Catanduva Ltda

Descrição	31/01/2025			31/12/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	16.771	-	16.771	16.771
Edifícios e benfeitorias	11.606	(4.995)	6.611	6.611
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	36.948	(30.063)	6.884	6.884
Móveis e utensílios	4.953	(3.967)	986	986
Obras em andamento	7.357	-	7.357	7.357
Mais valia - Ganho de capital de bens	215.483	-	215.483	215.483
Outras imobilizações	125	(89)	37	37
	<u>293.243</u>	<u>(39.114)</u>	<u>254.129</u>	<u>254.129</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/01/2025
Terrenos e propriedades	16.771	-	-	-	16.771
Edifícios e benfeitorias	6.611	-	-	-	6.611
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	6.884	-	-	-	6.884
Móveis e utensílios	986	-	-	-	986
Obras em andamento	7.357	-	-	-	7.357
Mais valia - Ganho de capital de bens	215.483	-	-	-	215.483
Outras imobilizações	37	-	-	-	37
	254.129	-	-	-	254.129

Na UPI Usina Itapira Ltda

Descrição	31/01/2025			31/12/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	820	-	820	820
Edifícios e benfeitorias	7.759	(5.911)	1.848	1.848
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	24.315	(18.463)	5.852	5.852
Móveis e utensílios	1.446	(1.094)	352	352
Obras em andamento	5.419	-	5.419	5.419
Mais valia - Ganho de capital de bens	110.657	-	110.657	110.657
Outras imobilizações	(0)	-	(0)	(0)
	150.416	(25.468)	124.948	124.948

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/01/2025
Terrenos e propriedades	820	-	-	-	820
Edifícios e benfeitorias	1.848	-	-	-	1.848
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	5.852	-	-	-	5.852
Móveis e utensílios	352	-	-	-	352
Obras em andamento	5.419	-	-	-	5.419
Mais valia - Ganho de capital de bens	110.657	-	-	-	110.657
Outras imobilizações	(0)	-	-	-	(0)
	124.948	-	-	-	124.948

Na UPI Usina José Bonifácio Ltda

Descrição	31/01/2025			31/12/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	2.980	-	2.980	2.980
Edifícios e benfeitorias	29.366	(15.183)	14.184	14.184
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	183.268	(132.920)	50.348	50.348
Móveis e utensílios	1.462	(1.413)	48	48
Obras em andamento	2.462	-	2.462	2.462
Mais valia - Ganho de capital de bens	199.277	-	199.277	199.277
Outras imobilizações	0	-	0	0
	418.815	(149.516)	269.299	269.299

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/01/2025
Terrenos e propriedades	2.980	-	-	-	2.980
Edifícios e benfeitorias	14.184	-	-	-	14.184
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	50.348	-	-	-	50.348
Móveis e utensílios	48	-	-	-	48
Obras em andamento	2.462	-	-	-	2.462
Mais valia - Ganho de capital de bens	199.277	-	-	-	199.277
Outras imobilizações	0	-	-	-	0
	269.299	-	-	-	269.299

Na UPI Usina Monções Ltda

Descrição	31/01/2025			31/12/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	5.936	-	5.936	5.936
Edifícios e benfeitorias	17.954	(6.558)	11.396	11.396
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	137.407	(95.588)	41.819	41.819
Móveis e utensílios	1.302	(1.238)	64	64
Obras em andamento	480	-	480	480
Mais valia - Ganho de capital de bens	151.048	-	151.048	151.048
Outras imobilizações	0	-	0	0
	314.126	(103.384)	210.742	210.742

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/01/2025
Terrenos e propriedades	5.936	-	-	-	5.936
Edifícios e benfeitorias	11.396	-	-	-	11.396
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	41.819	-	-	-	41.819
Móveis e utensílios	64	-	-	-	64
Obras em andamento	480	-	-	-	480
Mais valia - Ganho de capital de bens	151.048	-	-	-	151.048
Outras imobilizações	0	-	-	-	0
	210.742	-	-	-	210.742

Na UPI Terras Parte I Ltda

Descrição	31/01/2025			31/12/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	216.117	-	216.117	216.117
	216.117	-	216.117	216.117

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/01/2025
Terrenos e propriedades	216.117	-	-	-	216.117
	216.117	-	-	-	216.117

Na UPI Terras Parte II Ltda

Descrição	31/01/2025			31/12/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	6.190	-	6.190	6.190
	6.190	-	6.190	6.190

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/01/2025
Terrenos e propriedades	6.190	-	-	-	6.190
	6.190	-	-	-	6.190

Na UPI Imóveis Ltda

Descrição	31/01/2025			31/12/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	0	-	0	0
	0	-	0	0

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/01/2025
Edifícios e benfeitorias	0	-	-	-	0
	0	-	-	-	0

Na UPI Imóveis Urbanos Ltda

Descrição	31/01/2025			31/12/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	627	-	627	627
	627	-	627	627

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/01/2025
Edifícios e benfeitorias	627	-	-	-	627
	627	-	-	-	627

9 Salários a pagar e encargos sociais

Os saldos a pagar são assim apresentados:

	31/01/2025
Salários e honorários e encargos a pagar	840
Provisão de férias e encargos	1.330
Provisão para 13 salário e encargos	130
	2.301

10 Contas a pagar - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

Os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que o grupo, através de suas controladas Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool e Açucareira Virgolino de Oliveira S.A., atuaram como cooperadas junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – “Cooperativa”, e são assim apresentados:

	31/01/2025
Saldos líquidos de operações com a Cooperativa	56.825
Tributos sub-judice garantidos por fianças bancárias	34.263
Parcelamentos tributários	4.235
Adiantamentos recebidos por operações descontinuadas	32.571
Ajuste de AVP em dívidas de longo prazo	(6.613)
Total	121.280
No passivo circulante	52.686
No passivo não circulante	68.594
	121.280

Os saldos líquidos de operações com a Cooperativa correspondem a recursos recebidos a título de adiantamento de safras futuras.

Os tributos *sub-judice* garantidos por fianças bancárias, representam tributos que estão sendo questionados pela Cooperativa junto às autoridades tributárias respectivas.

Os Parcelamentos tributários representam a quota parte atribuída ao grupo em parcelamentos realizados pela Cooperativa.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

O saldo de adiantamentos recebidos por operações descontinuadas, representam repasses de recursos garantidos por Notas Promissórias, com vencimento único em 31 de março de 2027. Considerando o vencimento único dessa dívida e o fato de não estarem sujeitas a encargos financeiros, o grupo utilizou como taxa de desconto a valor presente (AVP) a variação da taxa Selic estimada em 10,65% % a.a.

A companhia está aguardando a posição dos saldos junto à cooperativa para realizar os ajustes necessários. Não recebemos esses relatórios desde maio de 2019.

11 Impostos e contribuições a recolher

	31/01/2025
Tributos Estaduais	747.241
Tributos Federais	24.466
Tributos Municipais	23.632
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço	41.791
Tributos Sindicais	6.563
	<u>843.693</u>

Como mencionado na Nota 1, em fevereiro de 2023, a administração do grupo firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, no qual todo o passivo tributário federal, inclusive o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, será liquidado, e eventuais processos judiciais ou administrativos existentes serão encerrados.

12 Contas a pagar no PRJ

Representa o montante a pagar aos credores do Plano de Recuperação Judicial, e possuem a seguinte classificação:

	31/01/2025
Credores Classe I - Trabalhistas	234.309
Credores Classe II - Com garantias	1.930.072
Credores Classe III - Quirografários	474.137
Credores Classe IV - Empresas de pequeno porte (EPP/ME)	13.060
Credores Extraconcursais	19.135
	<u>2.670.713</u>

13 Provisão para contingências

O grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

O grupo provisionou o montante de R\$ 42.804, o qual, na opinião da Administração e de

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência é registrada no resultado do exercício, na conta Outras despesas operacionais, líquidas.

Adicionalmente, o grupo ainda possui outros processos judiciais, cuja probabilidade de perda é possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras, e são estimadas em R\$ 81.438.

14 Partes relacionadas (Passivo não circulante)

Referem-se a saldos mantidos com pessoas físicas dos acionistas do grupo, conforme abaixo:

	31/01/2025
Espolio de Carmen Ruete de Oliveira	186.730
Hermelindo Ruete de Oliveira	86.914
Virgolino de Oliveira Filho	20.219
	<u>293.863</u>

15 Capital Social

O Capital Social consolidado é formado pelas participações dos acionistas Pessoas Físicas detidas em cada sociedade da Grupo Virgolino de Oliveira. As participações existentes entre as sociedades integrantes do grupo foram eliminadas na consolidação.

A composição do Capital Social consolidado é assim apresentada:

Empresas do Grupo Virgolino de Oliveira - Em recuperação judicial	Capital Social	Percentual de participação das Pessoas Físicas	Parcelas eliminadas na Consolidação	Parcelas de acionistas Pessoas Físicas
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.	30.527	100,0000%	-	30.527
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool	33.399	38,2238%	20.633	12.766
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.	455.000	0,6483%	452.050	2.950
Agropecuária Terras Novas S.A.	813.334	0,0123%	813.234	100
R.O. Serviços S.A.	50	100,0000%	-	50
Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool	2.256	100,0000%	-	2.256
Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Virgolino de oliveira Filho Produtor Rural	10	100,0000%	-	10
UPI Usina Catanduva Ltda.	254.130	0,0000%	254.130	-
UPI Usina Itapira Ltda.	124.949	0,0000%	124.949	-
UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.	269.300	0,0000%	269.300	-
UPI Usina Monções Ltda.	210.743	0,0000%	210.743	-
UPI Terras Parte I Ltda.	216.118	3,8990%	207.691	8.427
UPI Terras Parte II Ltda.	6.191	0,0000%	6.191	-
UPI Imóveis Ltda	1	0,0000%	1	-
UPI Imóveis Urbanos Ltda.	628	99,9600%	0	627
	2.416.656		2.358.923	57.733

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

16 Receita operacional

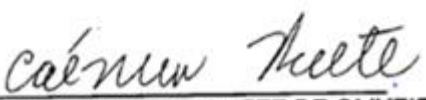
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Para o período, não houve vendas.

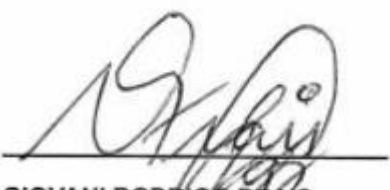
17 Despesas gerais e administrativas

	31/01/2025
Despesas com pessoal	10.636
Serviços de terceiros	52.773
Taxas e tributos	1.498
Diversos	7.676
	<u>72.583</u>

18 Resultado financeiro

	31/01/2025
Receitas financeiras	
Outras operações	1.127
	<u>1.127</u>
Despesas financeiras	
Juros sobre atualização de Impostos a recolher / Outros	(17.153)
	<u>(17.153)</u>
Variações cambiais liquidas	<u>(182.698)</u>
Receitas (Despesas) financeiras liquidas do Plano de Recuperação Judicial	<u>-</u>
Resultado financeiro liquido	<u>(198.723)</u>


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
 CPF: 848.781.698-34


GIOVANI RODRIGO PRAIS
 CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

* * *

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.
e empresas controladas (Grupo Virgolino de
Oliveira) – Em Recuperação Judicial
Demonstrações Financeiras em
28 de fevereiro de 2025

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 28 de fevereiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Balancos patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 28 de fevereiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial
Relatório da administração

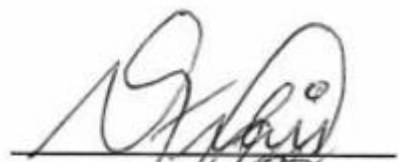
Aos Acionistas da
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Virgolino de Oliveira que incluem os Balanços patrimoniais, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de caixa e as Notas explicativas da Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas (Grupo Virgolino de Oliveira) – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 10 (dez) meses findos em 28 de fevereiro de 2025.

Ariranha (SP), 8 de abril de 2025.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
CPF: 848.781.698-34


GIOVANI RODRIGO PRAIS
CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 28 de fevereiro de 2025
 Valores em Milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO

Circulante	Nota	28/02/2025
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.859
Contas a Receber	3	6.095
Estoques	4	7.811
Impostos a Recuperar	5	82.235
Contas a Receber - Cooperativa		-
Adiantamentos a Fornecedores		27.252
Ativo Biológico		-
Outros Créditos	6	15.911
Total do ativo circulante		143.164
Não Circulante		
Depósitos Judiciais		29.504
Outros Créditos	6	3.174
Ativo Fiscal Diferido		15.433
Partes Relacionadas - Ativo		-
Total do realizável a longo prazo		48.111
Investimentos	7	778.943
Imobilizado	8	
Custo		1.449.058
Depreciação Acumulada		(357.452)
Direito de Uso		46
		1.870.594
Total do ativo não circulante		1.918.705
Total do ativo		2.061.870

PASSIVO

Circulante	Nota	28/02/2025
Fornecedores		35.072
Empréstimos e Financiamentos		48.859
Salários a Pagar e Encargos Sociais	9	2.642
Contas a pagar - Cooperativa	10	52.686
Impostos e Contribuições a Recolher	11	328.111
Impostos parcelados		244.610
Outras Contas a Pagar		44.256
Contas a Pagar PRJ	12	2.665.309
Passivo de Arrendamentos		46
Total do passivo circulante		3.421.592
Não Circulante		
Empréstimos e Financiamentos		-
Contas a pagar - Cooperativa	10	68.803
Provisão para Contingências	13	40.426
Passivo Fiscal Diferido		597
Partes Relacionadas - Passivo	14	293.863
Impostos parcelados		287.238
Provisão para perdas em investimentos	7	-
Total do passivo não circulante		690.960
Capital Social	15	57.733
Reserva de Capital		7.519
Ajuste de avaliação patrimonial		10.196
Prejuízos Acumulados		(2.126.129)
Total do patrimônio líquido		(2.050.682)
Total do passivo		4.112.552
Total do passivo e patrimônio líquido		2.061.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 28 de fevereiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	Nota	28/02/2025	
		Mensal	Acumulado
Receita Bruta de Vendas	16	-	-
Impostos Sobre Vendas		-	-
Receita líquida de vendas		-	-
Variação do valor justo dos ativos biológicos		-	-
Custo dos Produtos Vendidos		-	-
Lucro (prejuízo) bruto		-	-
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e Administrativas	17	(5.841)	(78.424)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais, Líquidas		183.664	667.399
Total das despesas operacionais		177.823	588.974
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		177.823	588.974
Resultado de Equivalência Patrimonial	8	-	-
Depreciações e amortizações		(24)	1.107
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido		177.799	590.082
Resultado financeiro	18		
Receitas Financeiras		-	1.127
Despesas Financeiras		(4.775)	(21.928)
Receitas (Despesas) Financeiras PRJ		-	-
Variações Cambiais, Líquidas		(5.552)	(188.250)
Resultado financeiro líquido		(10.327)	(209.050)
IRPJ / CSLL - Diferido		71	367.224
Lucro (prejuízo) do período		167.543	748.255

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 28 de fevereiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO ABRANGENTE

	28/02/2025	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	167.543	748.255
Ajustes acumulados de conversão	-	-
Resultado abrangente total	167.543	748.255

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Exercícios societários de 10 (dez) meses findos em 28 de fevereiro de 2025
 Valores em Milhares de Reais

	Capital social	Reserva de Capital	Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de abril de 2024	48.680	7.519	10.196	(2.874.385)	(2.807.990)
Integralização de capital	9.053				9.053
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	748.255	748.255
Em 28 de fevereiro de 2025	<u>57.733</u>	<u>7.519</u>	<u>10.196</u>	<u>(2.126.129)</u>	<u>(2.050.682)</u>

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 28 de fevereiro de 2025
 Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

	28/02/2025	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	167.546	748.255
Ajustado por:	-	-
Depreciação e amortização	27	(1.086)
Impostos diferidos	-	-
Variação no valor justo dos ativos biológicos	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	(0)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Baixa de reservas para o resultado	-	-
Valor residual do ativo imobilizado baixado	-	1.073.264
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	-	2.250
	167.573	1.822.682
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber	2.857	(2.812)
Estoques	(1.929)	(2.203)
Adiantamentos a fornecedores	(531)	(521)
Outros créditos	16.623	388.003
Ativos e passivos fiscais diferidos	(71)	716
Fornecedores	8	(7.282)
Salários e encargos sociais	341	(174)
Depósitos Judiciais	-	12
Impostos e contribuições a recolher	(199.962)	(1.483.295)
Outras contas a pagar	18.455	12.959
Contas a Pagar PRJ	(5.403)	363.748
Partes relacionadas	(3)	(15.178)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(2.043)	1.076.655
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e de Tratos culturais	(143)	(1.084.809)
Integralização de capital e investida	-	9.053
Incorporação de acervo patrimonial	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(143)	(1.075.757)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(2.186)	899
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	3.841	3.841
No início do período	6.027	2.942
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(2.186)	899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais)**

1 Contexto operacional

A Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. (companhia) é a empresa líder do Grupo Virgolino de Oliveira, e tem sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como atividade preponderante o cultivo da cultura de cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes, à sua controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em Recuperação Judicial, e/ou a outras usinas, que exercem a atividade industrial. Essa companhia possui várias filiais, em municípios dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, que operam com as mesmas atividades preponderantes do cultivo da cana-de-açúcar.

O Grupo Virgolino de Oliveira possui ainda as seguintes sociedades:

- a) **Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, do etanol e de demais derivados de cana-de-açúcar, bem como operações de compras e vendas no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos seus produtos é oriunda substancialmente de lavouras da controladora Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A., de fornecedores e de acionistas, adquiridas em condições específicas definidas entre as partes. Essa Companhia possui ainda uma filial, com o mesmo objeto social, no município de Itapira, no Estado de São Paulo;
- b) **Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados de cana-de-açúcar; geração e comercialização de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar e operações de compra e venda no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é oriunda substancialmente de lavouras da sua controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial, de fornecedores e de acionistas adquiridas em condições definidas entre as partes; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- c) **Agropecuária Terras Novas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante o cultivo da cultura da cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes e preferencialmente à companhia Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial, que exerce a atividade industrial; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- d) **Usina Catanduva S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tem por objeto social a fabricação e o comércio de açúcar e álcool e demais derivados da cana-de-açúcar; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 28 de fevereiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

- e) **R.O. Serviços Agrícolas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto social a prestação de serviços de mão de obra para o setor agrícola e de máquinas agrícolas com operador, para empresas do Grupo Virgolino de Oliveira e/ou seus fornecedores agrícolas; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;
- f) **Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- g) **Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, e tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- h) **Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- i) **UPI Imóveis Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI IMÓVEIS LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 2,00 (Dois reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 282.075/24-0 de 19 de julho de 2024;
- j) **UPI Imóveis Urbanos Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI IMÓVEIS URBANOS LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 626.696,00 (Seiscentos e vinte e seis mil, seiscentos e noventa e seis reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 295.503/24-5 de 28 de fevereiro de 2025;
- k) **UPI Terras Parte I Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 28 de fevereiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI TERRAS PARTE I LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 216.117.015,00 (Duzentos e dezesseis milhões, cento e dezessete mil e quinze reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 295.502/24-1 de 28 de fevereiro de 2025;

- l) **UPI Terras Parte II Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI TERRAS PARTE II LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 6.190.496,00 (Seis milhões, cento e noventa mil, quatrocentos e noventa e seis reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 269.458/24-4 de 19 de julho de 2024;
- m) **UPI Usina Catanduva Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Catanduva”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA CATANDUVA LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 238.642.188,00 (Duzentos e trinta e oito milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, cento e oitenta e oito reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 269.083/24-8 de 22 de julho de 2024;
- n) **UPI Usina Itapira Ltda.**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Itapira”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA ITAPIRA LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 124.127.671,00

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 28 de fevereiro de 2025
Valores em Milhares de Reais*

(Cento e vinte e quatro milhões, cento e vinte sete mil, seiscentos e setenta e um reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 284.283/24-1 de 24 de julho de 2024;

- o) **UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Jose Bonifácio”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado.
Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA JOSÉ BONIFÁCIO LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 269.299.127,00 (Duzentos e sessenta e nove milhões, duzentos e noventa e nove mil, cento e vinte e sete reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 269.459/24-8 de 19 de julho de 2024, e
- p) **UPI Usina Monções Ltda.**, com sede no município de Monções, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada unipessoal, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Monções”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado.
Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA MONÇÕES LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 210.742.394,00 (Duzentos e dez milhões, setecentos e quarenta e dois mil, trezentos e noventa e quatro reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 282.095/24-0 de 19 de julho de 2024.

O exercício social dessas companhias compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte, exceto em relação as companhias Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural, Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural e Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural, que possuem exercício social semelhante ao ano fiscal - janeiro a dezembro de cada ano – e, nesse contexto, seus resultados foram ajustados, para que as demonstrações financeiras consolidadas reflitam o período societário de 10 (dez) meses findos em 28 de fevereiro de 2025.

Em 28 de maio de 2021 o Grupo Virgolino de Oliveira entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; e obteve a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 28 de fevereiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV.

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial.

Em 1 de fevereiro de 2023 o Grupo Virgolino de Oliveira, firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no qual todo passivo fiscal tributário será liquidado. Os tributos em atraso estão sendo consolidados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Por esse acordo, alinhado ao Plano de Recuperação Judicial homologado, haverá um pagamento inicial com recursos financeiros no montante de R\$ 53.215, já retidos e destinados para esse fim, nos autos do processo da Recuperação Judicial 1000626-29.2021.8.26.0531, além disso haverá a possibilidade da utilização de saldos de Prejuízos fiscais e de Bases Negativas da Contribuição Social, a parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

Em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 22 de fevereiro de 2023, foi deferido efeito suspensivo no Plano de Recuperação Judicial.

Em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 13 de março de 2024, foi deferido e reestabelecido o Plano de Recuperação Judicial.

Em 17 de Junho de 2024, foram liberados recursos no montante de R\$ 58.086.573,31 (Cinquenta e oito milhões, oitenta e seis mil, quinhentos e setenta e três reais e trinta e um centavos), recursos utilizados para pagamentos da 1ª Parcela nos dias 19 e 20 de junho de FGTS, Contribuição Social LC 110/01, Demais Débitos Federais e Débitos Previdenciários, conforme o acordo de parcelamento tributário que foi firmado em 01 de fevereiro de 2023, “ Termo de Transação Individual “ entre as recuperandas e a (PGFN) Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, acordo consolidado dia 18 de junho de 2024, a 2ª Parcela do “ Termo de Transação Individual “, vencerá em 30/06/2025.

A parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

Em 19 de Abril de 2024, foi firmado junto a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e a recuperanda Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA no qual foi parcelado o ICMS em 24 meses, a parcela inicial foi paga dia 29/04/2024.

Em 07 de Maio de 2024, foi firmado junto a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e a recuperanda Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA no qual foi parcelado os débitos não tributário em 36 meses, a parcela inicial foi paga dia 31/07/2024.

A companhia formalizou sua adesão ao ACORDO PAULISTA Edital/PGE/TR nº 3/2024. Este acordo oferece condições para a negociação de dívidas de ICMS de empresas que se encontram em processo de Recuperação Judicial.

Em sequência, a companhia iniciará as negociações com os Municípios de Ariranha, Itapira, José Bonifácio e Monções, todos situados no Estado de São Paulo, buscando soluções para eventuais débitos municipais.

A situação atual das empresas: As unidades operacionais do GVO (Itapira, José Bonifácio e Monções) encontram-se atualmente paralisadas. A unidade de Ariranha, por sua vez, está programada para iniciar suas operações na segunda quinzena de abril de 2025, visando recuperar os níveis de produção anteriores.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização do ativo biológico, mensurado pelo seu valor justo conforme descrito adiante, e de outros ativos e passivos, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o grupo atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do grupo.

2.3 Transações, saldos e conversões em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional do grupo (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

- a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 28 de fevereiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos, quando existentes, das operações do grupo no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.4 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

O grupo realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

As plantações de cana-de-açúcar (soqueiras) são classificadas como ativo imobilizado, mensuradas pelo custo amortizado e são depreciadas ao longo de seis safras subsequentes, de forma linear, que leva em conta o período de vida útil econômica do canavial.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

O grupo revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	7,80%
Máquinas e implementos agrícolas	15,59%
Veículos e equipamentos de transportes	17,02%
Outros imobilizados	12,99%

2.5 Ativo biológico

O CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola/ IAS 41 – *Agriculture*, abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, exceto plantas portadoras ou produtos agrícolas (na época da colheita). O ativo biológico e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda e é apresentado no ativo circulante considerando que a maturidade e colheita da cana-de-açúcar é de doze ou dezoito meses, conforme a muda utilizada no plantio.

A metodologia adotada pelo grupo para satisfazer essa exigência de cálculo é a avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar através do fluxo de caixa descontado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, tais como área produtiva e expectativa de produção, custos de plantio e de manutenção são revisadas anualmente, por ocasião da elaboração do balanço societário; outras estimativas como preços de comercialização dos produtos, são revisados periodicamente. As principais estimativas são: produção e produtividade por área, quantidade de açúcar (sacarose) por tonelada de cana-de-açúcar, preço do açúcar, preço do etanol, custos de plantio e custos de manutenção dos canaviais, taxa de câmbio, gastos com frete, colheita e transporte, além de taxas de juros.

A variação no valor justo do ativo biológico, de forma positiva ou negativa, até o limite de mais valias registradas, é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica “Custos dos produtos vendidos”. A parcela realizada é decorrente do consumo da porção do valor justo alocado aos estoques em períodos anteriores.

Na apuração do valor justo, o grupo leva em conta as seguintes considerações:

(i) Metodologia de avaliação

A metodologia utilizada na avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar é a do fluxo de caixa descontado.

(ii) Taxa de desconto

A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado é de 4,18% e representa o custo médio ponderado do capital (WACC), líquido de tributos. Esta taxa, revisada anualmente, é utilizada para ser aplicada aos fluxos de caixas futuros do ativo biológico.

(iii) Visão geral de mercado

A cana-de-açúcar própria tem duas origens distintas: (a) de plantio em terras próprias; e (b) de plantio de terras arrendadas ou mantidas em regime de parceria rural junto a terceiros, sendo o grupo o responsável por toda a atividade agrícola. Esses contratos têm vigência normalmente em períodos de seis anos (um ciclo, podendo haver renovação).

2.6 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

O grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.7 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

O grupo reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não se reconhece uma provisão.

O grupo constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos do grupo, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável ao grupo, em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

O grupo é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 28 de fevereiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas ao custo e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e não excedem o valor de realização, e representam substancialmente estoques de insumos agrícolas, materiais de almoxarifado e outros.

5 Impostos a recuperar

	28/02/2025
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	59.160
Programa de Integração Social - Pis e Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	15.079
Outros	7.996
	<u>82.235</u>

6 Outros créditos

A composição dos saldos e a seguir apresentado:

	28/02/2025
Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal	31.616
Empréstimos compulsórios	2.830
Demais contas a receber	(15.360)
	<u>19.086</u>
 Ativo circulante	 15.911
Ativo não circulante	<u>3.174</u>
	<u>19.086</u>

Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal

Está representado pelo saldo de créditos a receber que o grupo possui em processo judicial movido pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – Copersucar, que pleiteou indenização pelas usinas cooperadas, contra o antigo IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool (sucedido pela União Federal) por prejuízos decorrentes da defasagem de preços fixados pelo governo federal na década de 1980, conforme a Lei 4.870/65.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 28 de fevereiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

7 Investimentos

A composição dos investimentos é assim apresentada:

	28/02/2025
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	18.781
Agropecuária Terras Novas S.A - Agio na subscrição de capital	760.162
	<u>778.943</u>

O investimento no CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A., é avaliado ao custo, ajustado pelo valor justo. O ágio apurado na subscrição de aumento de capital da controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – em recuperação judicial no capital social da também controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – em recuperação judicial, é apresentado ao custo.

Investimentos avaliados ao custo em outras empresas

O grupo possui alguns outros investimentos, avaliados ao custo e remanescentes em sua escrituração há várias décadas. Apesar de alguns deles estarem relacionados a empresas existentes, não foi possível identificar e confirmar a adequada participação detida em cada uma dessas empresas. Em função de todo o tempo transcorrido, as expectativas de sucesso na localização desses investimentos, bem como, a sua adequada avaliação e mensuração são mínimas, em razão disso, foram constituídas “Provisões para perdas” nos exatos valores integrais desses investimentos, e registrado em conta de Provisão para Perdas em Investimentos, classificada no Ativo não circulante. Os investimentos e a provisão constituída (*estão sendo apresentados em Reais – R\$*) conforme segue:

	Custo	Provisão Perdas
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	1.430	(1.430)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia IPC90	894	(894)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	316	(316)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus	94.241	(94.241)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus IPC90	282	(282)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	230	(230)
Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba	26	(26)
Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba IPC90	26	(26)
Cooperativa Regional Agropecuária de Campinas	87	(87)
Cooperativa Regional Agropecuária de Campinas IPC90	87	(87)
Banco Bradesco S.A.	285	(285)
Banco Fenícia S.A.	2	(2)
Banco Nacional S.A.	3.344	(3.344)
Banco Brasileiro Comercial S.A. - BBC	50.000	(50.000)
Embraer S.A.	13.446	(13.446)
Condecer S.A.	25.177	(25.177)
FISSET PESCA SUDEPE	654	(654)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	47.656	(47.656)
Fundo de Investimentos Setoriais FISSET - PESCA	14.455	(14.455)
Hospital São Domingos S.A.	2.491	(2.491)
Pagrisa Pastoril Agrícola S.A.	1.222	(1.222)
FINOR - Fundo de Investimentos no Nordeste	3.057	(3.057)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	19.328	(19.328)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.125	(1.125)
Cooperativa de Mococa	582	(582)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.119	(1.119)
	<u>281.562</u>	<u>(281.562)</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 28 de fevereiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

8 Imobilizado

O imobilizado consolidado tem a seguinte composição:

Descrição	28/02/2025			31/01/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	252.890	-	252.890	252.890
Edifícios e benfeitorias	92.077	(54.944)	37.133	37.147
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	383.653	(277.080)	106.573	106.576
Móveis e utensílios	9.258	(7.717)	1.541	1.542
Obras em andamento	16.353	-	16.353	16.353
Mais valia - Ganho de capital de bens	676.464	-	676.464	676.464
Outras imobilizações	18.362	(17.712)	651	518
	1.449.058	(357.452)	1.091.606	1.091.490

A movimentação consolidada no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em				Saldo em
	31/01/2025	Adições	Depreciações	Baixas / Reclassif.	28/02/2025
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	252.890	-	-	-	252.890
Edifícios e benfeitorias	37.147	-	(14)	-	37.133
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	106.576	6	(8)	-	106.573
Móveis e utensílios	1.542	-	(1)	-	1.541
Obras em andamento	16.353	-	-	-	16.353
Mais valia - Ganho de capital de bens	676.464	-	-	-	676.464
Outras imobilizações	518	137	(4)	0	651
	1.091.490	143	(27)	0	1.091.606

Apresentamos a seguir, a composição e a movimentação do Imobilizado e das depreciações acumuladas, por empresa integrante do Grupo Virgolino de Oliveira, como segue:

Na controladora Agropecuaria Nossa Senhora do Carmo S.A.

Descrição	28/02/2025			31/01/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	11.189	(8.997)	2.192	2.206
Outras imobilizações	9.009	(8.788)	221	98
	20.199	(17.785)	2.413	2.304

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 28 de fevereiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/01/2025	Adições	Depreciações	Baixas/ Reclassif.	Saldo em 28/02/2025
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	2.206	-	(14)	-	2.192
Outras imobilizações	98	125	(2)	(0)	221
	2.304	125	(16)	(0)	2.413

Na controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açucar e Álcool:

Descrição	28/02/2025			31/01/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	1.716	(45)	1.671	1.673
Móveis e utensílios	95	(5)	90	91
Obras em andamento	541	-	541	541
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-
Outras imobilizações	366	(75)	290	278
	2.717	(126)	2.591	2.582

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/01/2025	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 28/02/2025
Terrenos e propriedades	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-	-
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	1.673	6	(8)	-	1.671
Móveis e utensílios	91	-	(1)	-	90
Obras em andamento	541	-	-	-	541
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-	-
Outras imobilizações	278	12	-	-	290
	2.582	18	(9)	-	2.591

Na controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.

Descrição	28/02/2025			31/01/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-
Obras em andamento	-	-	-	-
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-
	-	-	-	-

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 28 de fevereiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/01/2025	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 28/02/2025
Terrenos e propriedades	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-	-
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-
Obras em andamento	-	-	-	-	-
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-

Na controlada Agropecuaria Terras Novas S.A.

Descrição	28/02/2025			31/01/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	4.075	-	4.075	4.075
Edifícios e benfeitorias	13.576	(13.300)	276	276
Obras em andamento	95	-	95	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-
Outras imobilizações	8.862	(8.760)	103	105
	26.608	(22.060)	4.548	4.551

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/01/2025	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 28/02/2025
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	4.075	-	-	-	4.075
Edifícios e benfeitorias	276	-	-	-	276
Obras em andamento	95	-	-	-	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-	-
Outras imobilizações	105	-	(2)	0	103
	4.551	-	(2)	0	4.548

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 28 de fevereiro de 2025
 Valores em Milhares de Reais

Na UPI Usina Catanduva Ltda

Descrição	28/02/2025			31/01/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	16.771	-	16.771	16.771
Edifícios e benfeitorias	11.606	(4.995)	6.611	6.611
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	36.948	(30.063)	6.884	6.884
Móveis e utensílios	4.953	(3.967)	986	986
Obras em andamento	7.357	-	7.357	7.357
Mais valia - Ganho de capital de bens	215.483	-	215.483	215.483
Outras imobilizações	125	(89)	37	37
	293.243	(39.114)	254.129	254.129

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/01/2025	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 28/02/2025
Terrenos e propriedades	16.771	-	-	-	16.771
Edifícios e benfeitorias	6.611	-	-	-	6.611
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	6.884	-	-	-	6.884
Móveis e utensílios	986	-	-	-	986
Obras em andamento	7.357	-	-	-	7.357
Mais valia - Ganho de capital de bens	215.483	-	-	-	215.483
Outras imobilizações	37	-	-	-	37
	254.129	-	-	-	254.129

Na UPI Usina Itapira Ltda

Descrição	28/02/2025			31/01/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	820	-	820	820
Edifícios e benfeitorias	7.759	(5.911)	1.848	1.848
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	24.315	(18.463)	5.852	5.852
Móveis e utensílios	1.446	(1.094)	352	352
Obras em andamento	5.419	-	5.419	5.419
Mais valia - Ganho de capital de bens	110.657	-	110.657	110.657
Outras imobilizações	(0)	-	(0)	(0)
	150.416	(25.468)	124.948	124.948

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/01/2025	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 28/02/2025
Terrenos e propriedades	820	-	-	-	820
Edifícios e benfeitorias	1.848	-	-	-	1.848
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	5.852	-	-	-	5.852
Móveis e utensílios	352	-	-	-	352
Obras em andamento	5.419	-	-	-	5.419
Mais valia - Ganho de capital de bens	110.657	-	-	-	110.657
Outras imobilizações	(0)	-	-	-	(0)
	124.948	-	-	-	124.948

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 28 de fevereiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

Na UPI Usina José Bonifácio Ltda

Descrição	28/02/2025			31/01/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	2.980	-	2.980	2.980
Edifícios e benfeitorias	29.366	(15.183)	14.184	14.184
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	183.268	(132.920)	50.348	50.348
Móveis e utensílios	1.462	(1.413)	48	48
Obras em andamento	2.462	-	2.462	2.462
Mais valia - Ganho de capital de bens	199.277	-	199.277	199.277
Outras imobilizações	0	-	0	0
	418.815	(149.516)	269.299	269.299

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/01/2025	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 28/02/2025
Terrenos e propriedades	2.980	-	-	-	2.980
Edifícios e benfeitorias	14.184	-	-	-	14.184
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	50.348	-	-	-	50.348
Móveis e utensílios	48	-	-	-	48
Obras em andamento	2.462	-	-	-	2.462
Mais valia - Ganho de capital de bens	199.277	-	-	-	199.277
Outras imobilizações	0	-	-	-	0
	269.299	-	-	-	269.299

Na UPI Usina Monções Ltda

Descrição	28/02/2025			31/01/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	5.936	-	5.936	5.936
Edifícios e benfeitorias	17.954	(6.558)	11.396	11.396
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	137.407	(95.588)	41.819	41.819
Móveis e utensílios	1.302	(1.238)	64	64
Obras em andamento	480	-	480	480
Mais valia - Ganho de capital de bens	151.048	-	151.048	151.048
Outras imobilizações	0	-	0	0
	314.126	(103.384)	210.742	210.742

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 28 de fevereiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/01/2025	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 28/02/2025
Terrenos e propriedades	5.936	-	-	-	5.936
Edifícios e benfeitorias	11.396	-	-	-	11.396
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	41.819	-	-	-	41.819
Móveis e utensílios	64	-	-	-	64
Obras em andamento	480	-	-	-	480
Mais valia - Ganho de capital de bens	151.048	-	-	-	151.048
Outras imobilizações	0	-	-	-	0
	210.742	-	-	-	210.742

Na UPI Terras Parte I Ltda

Descrição	28/02/2025			31/01/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	216.117	-	216.117	216.117
	216.117	-	216.117	216.117

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/01/2025	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 28/02/2025
Terrenos e propriedades	216.117	-	-	-	216.117
	216.117	-	-	-	216.117

Na UPI Terras Parte II Ltda

Descrição	28/02/2025			31/01/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	6.190	-	6.190	6.190
	6.190	-	6.190	6.190

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/01/2025	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 28/02/2025
Terrenos e propriedades	6.190	-	-	-	6.190
	6.190	-	-	-	6.190

Na UPI Imóveis Ltda

Descrição	28/02/2025			31/01/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	0	-	0	0
	0	-	0	0

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 28 de fevereiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/01/2025	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 28/02/2025
Edifícios e benfeitorias	0	-	-	-	0
	0	-	-	-	0

Na UPI Imóveis Urbanos Ltda

Descrição	28/02/2025			31/01/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	627	-	627	627
	627	-	627	627

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/01/2025	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 28/02/2025
Edifícios e benfeitorias	627	-	-	-	627
	627	-	-	-	627

9 Salários a pagar e encargos sociais

Os saldos a pagar são assim apresentados:

	28/02/2025
Salários e honorários e encargos a pagar	901
Provisão de férias e encargos	1.475
Provisão para 13 salário e encargos	266
	2.642

10 Contas a pagar - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

Os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que o grupo, através de suas controladas Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool e Açucareira Virgolino de Oliveira S.A., atuaram como cooperadas junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – “Cooperativa”, e são assim apresentados:

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 28 de fevereiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

	<u>28/02/2025</u>
Saldos líquidos de operações com a Cooperativa	56.825
Tributos sub-judice garantidos por fianças bancárias	34.263
Parcelamentos tributários	4.235
Adiantamentos recebidos por operações descontinuadas	32.571
Ajuste de AVP em dividas de longo prazo	<u>(6.403)</u>
Total	<u>121.490</u>
No passivo circulante	52.686
No passivo não circulante	<u>68.803</u>
	<u>121.490</u>

Os saldos líquidos de operações com a Cooperativa correspondem a recursos recebidos a título de adiantamento de safras futuras.

Os tributos *sub-judice* garantidos por fianças bancárias, representam tributos que estão sendo questionados pela Cooperativa junto às autoridades tributárias respectivas.

Os Parcelamentos tributários representam a quota parte atribuída ao grupo em parcelamentos realizados pela Cooperativa.

O saldo de adiantamentos recebidos por operações descontinuadas, representam repasses de recursos garantidos por Notas Promissórias, com vencimento único em 31 de março de 2027. Considerando o vencimento único dessa dívida e o fato de não estarem sujeitas a encargos financeiros, o grupo utilizou como taxa de desconto a valor presente (AVP) a variação da taxa Selic estimada em 10,65% % a.a.

A companhia está aguardando a posição dos saldos junto à cooperativa para realizar os ajustes necessários. Não recebemos esses relatórios desde maio de 2019.

11 Impostos e contribuições a recolher

	<u>28/02/2025</u>
Tributos Estaduais	231.141
Tributos Federais	24.904
Tributos Municipais	23.686
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço	41.822
Tributos Sindicais	<u>6.558</u>
	<u>328.111</u>

Como mencionado na Nota 1, em fevereiro de 2023, a administração do grupo firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, no qual todo o passivo tributário federal, inclusive o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, será liquidado, e eventuais processos judiciais ou administrativos existentes serão encerrados.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 28 de fevereiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

12 Contas a pagar no PRJ

Representa o montante a pagar aos credores do Plano de Recuperação Judicial, e possuem a seguinte classificação:

	28/02/2025
Credores Classe I - Trabalhistas	223.994
Credores Classe II - Com garantias	1.930.958
Credores Classe III - Quirografários	479.160
Credores Classe IV - Empresas de pequeno porte (EPP/ME)	12.758
Credores Extraconcursais	18.439
	2.665.309

13 Provisão para contingências

O grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

O grupo provisionou o montante de R\$ 40.426, o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência é registrada no resultado do exercício, na conta Outras despesas operacionais, líquidas.

Adicionalmente, o grupo ainda possui outros processos judiciais, cuja probabilidade de perda é possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras, e são estimadas em R\$ 81.438.

14 Partes relacionadas (Passivo não circulante)

Referem-se a saldos mantidos com pessoas físicas dos acionistas do grupo, conforme abaixo:

	28/02/2025
Espolio de Carmen Ruete de Oliveira	186.730
Hermelindo Ruete de Oliveira	86.914
Virgolino de Oliveira Filho	20.219
	293.863

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 28 de fevereiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

15 Capital Social

O Capital Social consolidado é formado pelas participações dos acionistas Pessoas Físicas detidas em cada sociedade da Grupo Virgolino de Oliveira. As participações existentes entre as sociedades integrantes do grupo foram eliminadas na consolidação.

A composição do Capital Social consolidado é assim apresentada:

Empresas do Grupo Virgolino de Oliveira - Em recuperação judicial	Capital Social	Percentual de participação das Pessoas Físicas	Parcelas eliminadas na Consolidação	Parcelas de acionistas Pessoas Físicas
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.	30.527	100,0000%	-	30.527
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool	33.399	38,2238%	20.633	12.766
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.	455.000	0,6483%	452.050	2.950
Agropecuária Terras Novas S.A.	813.334	0,0123%	813.234	100
R.O. Serviços S.A.	50	100,0000%	-	50
Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool	2.256	100,0000%	-	2.256
Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Virgolino de oliveira Filho Produtor Rural	10	100,0000%	-	10
UPI Usina Catanduva Ltda.	254.130	0,0000%	254.130	-
UPI Usina Itapira Ltda.	124.949	0,0000%	124.949	-
UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.	269.300	0,0000%	269.300	-
UPI Usina Monções Ltda.	210.743	0,0000%	210.743	-
UPI Terras Parte I Ltda.	216.118	3,8990%	207.691	8.427
UPI Terras Parte II Ltda.	6.191	0,0000%	6.191	-
UPI Imóveis Ltda	1	0,0000%	1	-
UPI Imóveis Urbanos Ltda.	628	99,9600%	0	627
	2.416.656		2.358.923	57.733

16 Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Para o período, não houve vendas.

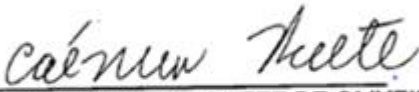
17 Gerais e administrativas

	28/02/2025
Despesas com pessoal	11.850
Serviços de terceiros	56.027
Taxas e tributos	2.141
Diversos	8.406
	78.424

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 28 de fevereiro de 2025
Valores em Milhares de Reais

18 Resultado financeiro

	28/02/2025
Receitas financeiras	
Outras operações	1.127
	<u>1.127</u>
Despesas financeiras	
Juros sobre atualização de Impostos a recolher / Outros	(21.928)
	<u>(21.928)</u>
Variações cambiais liquidas	<u>(188.250)</u>
Receitas (Despesas) financeiras liquidas do Plano de Recuperação Judicial	<u>-</u>
Resultado financeiro liquido	<u>(209.050)</u>


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
 CPF: 848.781.698-34


GIOVANI RODRIGO PRAIS
 CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

* * *

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.
e empresas controladas (Grupo Virgolino de
Oliveira) – Em Recuperação Judicial
Demonstrações Financeiras em
31 de março de 2025

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2025
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2025
Valores em Milhares de Reais

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial
Relatório da administração

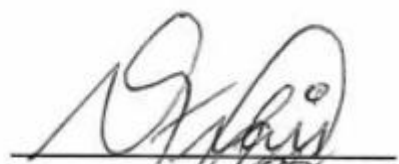
Aos Acionistas da
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Virgolino de Oliveira que incluem os Balanços patrimoniais, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de caixa e as Notas explicativas da Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas (Grupo Virgolino de Oliveira) – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 11 (onze) meses findos em 31 de março de 2025.

Ariranha (SP), 25 de abril de 2025.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
CPF: 848.781.698-34


GIOVANI RODRIGO PRAIS
CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2025
 Valores em Milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO

Circulante	Nota	31/03/2025
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.351
Contas a Receber	3	6.244
Estoques	4	10.819
Impostos a Recuperar	5	82.273
Contas a Receber - Cooperativa		-
Adiantamentos a Fornecedores		27.525
Ativo Biológico		-
Outros Créditos	6	16.475
Total do ativo circulante		145.687
Não Circulante		
Depósitos Judiciais		29.486
Outros Créditos	6	3.174
Ativo Fiscal Diferido		14.937
Partes Relacionadas - Ativo		-
Total do realizável a longo prazo		47.598
Investimentos	7	778.943
Imobilizado	8	
Custo		1.449.104
Depreciação Acumulada		(357.481)
Direito de Uso		46
		1.870.612
Total do ativo não circulante		1.918.210
Total do ativo		2.063.897

PASSIVO

Circulante	Nota	31/03/2025
Fornecedores		35.083
Empréstimos e Financiamentos		48.859
Salários a Pagar e Encargos Sociais	9	3.212
Contas a pagar - Cooperativa	10	52.686
Impostos e Contribuições a Recolher	11	329.724
Impostos parcelados		247.945
Outras Contas a Pagar		49.758
Contas a Pagar PRJ	12	2.632.682
Passivo de Arrendamentos		46
Total do passivo circulante		3.399.996
Não Circulante		
Empréstimos e Financiamentos		-
Contas a pagar - Cooperativa	10	67.131
Provisão para Contingências	13	43.306
Passivo Fiscal Diferido		670
Partes Relacionadas - Passivo	14	293.863
Impostos parcelados		287.763
Provisão para perdas em investimentos	7	-
Total do passivo não circulante		692.764
Capital Social	15	57.733
Reserva de Capital		7.519
Ajuste de avaliação patrimonial		10.196
Prejuízos Acumulados		(2.104.311)
Total do patrimônio líquido		(2.028.863)
Total do passivo		4.092.760
Total do passivo e patrimônio líquido		2.063.897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2025
 Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	Nota	31/03/2025	
		Mensal	Acumulado
Receita Bruta de Vendas	16	-	-
Impostos Sobre Vendas		-	-
Receita líquida de vendas		-	-
Variação do valor justo dos ativos biológicos		-	-
Custo dos Produtos Vendidos		-	-
Lucro (prejuízo) bruto		-	-
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e Administrativas	17	(3.693)	(82.118)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais, Líquidas		(2.515)	664.883
Total das despesas operacionais		(6.209)	582.766
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		(6.209)	582.766
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-
Depreciações e amortizações	8	(25)	1.082
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido		(6.234)	583.848
Resultado financeiro	18		
Receitas Financeiras		1.673	2.800
Despesas Financeiras		(4.701)	(26.629)
Receitas (Despesas) Financeiras PRJ		-	-
Variações Cambiais, Líquidas		31.650	(156.600)
Resultado financeiro líquido		28.621	(180.429)
IRPJ / CSLL - Diferido		(569)	366.655
Lucro (prejuízo) do período		21.819	770.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2025
Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO ABRANGENTE

	31/03/2025	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	21.819	770.074
Ajustes acumulados de conversão	-	-
Resultado abrangente total	21.819	770.074

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstração das Mutações do Patrimônio líquido
 Exercícios societários de 11 (onze) meses findos em 31 de março de 2025
 Valores em Milhares de Reais

	Capital social	Reserva de Capital	Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de abril de 2024	48.680	7.519	10.196	(2.874.385)	(2.807.990)
Integralização de capital	9.053				9.053
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	770.074	770.074
Em 31 de março de 2025	<u>57.733</u>	<u>7.519</u>	<u>10.196</u>	<u>(2.104.311)</u>	<u>(2.028.863)</u>

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2025
Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

	31/03/2025	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	21.822	770.074
Ajustado por:	-	-
Depreciação e amortização	29	(1.058)
Impostos diferidos	-	-
Variação no valor justo dos ativos biológicos	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	(0)
Resultado de equivalência patrimonial	0	-
Baixa de reservas para o resultado	-	-
Valor residual do ativo imobilizado baixado	-	1.073.264
Juros e variações monetárias e cambiais liquidas	-	2.250
	21.850	1.844.529
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber	(149)	(2.961)
Estoques	(3.008)	(5.211)
Adiantamentos a fornecedores	(273)	(794)
Outros créditos	(584)	387.420
Ativos e passivos fiscais diferidos	569	1.285
Fornecedores	12	(7.270)
Salários e encargos sociais	570	396
Depósitos Judiciais	-	12
Impostos e contribuições a recolher	5.472	(1.477.824)
Outras contas a pagar	6.709	19.668
Contas a Pagar PRJ	(32.627)	331.121
Partes relacionadas	(3)	(15.178)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(1.462)	1.075.194
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e de Tratos culturais	(46)	(1.084.856)
Integralização de capital e investida	-	9.053
Incorporação de acervo patrimonial	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(46)	(1.075.803)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(1.508)	(610)
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	2.333	2.333
No início do período	3.841	2.942
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(1.508)	(609)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. (companhia) é a empresa líder do Grupo Virgolino de Oliveira, e tem sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como atividade preponderante o cultivo da cultura de cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes, à sua controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em Recuperação Judicial, e/ou a outras usinas, que exercem a atividade industrial. Essa companhia possui várias filiais, em municípios dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, que operam com as mesmas atividades preponderantes do cultivo da cana-de-açúcar.

O Grupo Virgolino de Oliveira possui ainda as seguintes sociedades:

- a) **Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, do etanol e de demais derivados de cana-de-açúcar, bem como operações de compras e vendas no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos seus produtos é oriunda substancialmente de lavouras da controladora Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A., de fornecedores e de acionistas, adquiridas em condições específicas definidas entre as partes. Essa Companhia possui ainda uma filial, com o mesmo objeto social, no município de Itapira, no Estado de São Paulo;
- b) **Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados de cana-de-açúcar; geração e comercialização de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar e operações de compra e venda no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é oriunda substancialmente de lavouras da sua controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial, de fornecedores e de acionistas adquiridas em condições definidas entre as partes; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- c) **Agropecuária Terras Novas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante o cultivo da cultura da cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes e preferencialmente à companhia Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial, que exerce a atividade industrial; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- d) **Usina Catanduva S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tem por objeto social a fabricação e o comércio de açúcar e álcool e demais derivados da cana-de-açúcar; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2025
Valores em Milhares de Reais

- e) **R.O. Serviços Agrícolas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto social a prestação de serviços de mão de obra para o setor agrícola e de máquinas agrícolas com operador, para empresas do Grupo Virgolino de Oliveira e/ou seus fornecedores agrícolas; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;
- f) **Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- g) **Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, e tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- h) **Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- i) **UPI Imóveis Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI IMÓVEIS LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 2,00 (Dois reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 282.075/24-0 de 19 de julho de 2024;
- j) **UPI Imóveis Urbanos Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI IMÓVEIS URBANOS LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 626.696,00 (Seiscentos e vinte e seis mil, seiscentos e noventa e seis reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 295.503/24-5 de 31 de março de 2025;
- k) **UPI Terras Parte I Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2025
Valores em Milhares de Reais

capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI TERRAS PARTE I LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 216.117.015,00 (Duzentos e dezesseis milhões, cento e dezessete mil e quinze reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 295.502/24-1 de 31 de março de 2025;

- l) **UPI Terras Parte II Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI TERRAS PARTE II LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 6.190.496,00 (Seis milhões, cento e noventa mil, quatrocentos e noventa e seis reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 269.458/24-4 de 19 de julho de 2024;
- m) **UPI Usina Catanduva Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Catanduva”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA CATANDUVA LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 238.642.188,00 (Duzentos e trinta e oito milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, cento e oitenta e oito reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 269.083/24-8 de 22 de julho de 2024;
- n) **UPI Usina Itapira Ltda.**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Itapira”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA ITAPIRA LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 124.127.671,00

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2025
Valores em Milhares de Reais

(Cento e vinte e quatro milhões, cento e vinte sete mil, seiscentos e setenta e um reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 284.283/24-1 de 24 de julho de 2024;

- o) **UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Jose Bonifácio”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado.
 Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA JOSÉ BONIFÁCIO LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 269.299.127,00 (Duzentos e sessenta e nove milhões, duzentos e noventa e nove mil, cento e vinte e sete reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 269.459/24-8 de 19 de julho de 2024, e
- p) **UPI Usina Monções Ltda.**, com sede no município de Monções, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada unipessoal, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Monções”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado.
 Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA MONÇÕES LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 210.742.394,00 (Duzentos e dez milhões, setecentos e quarenta e dois mil, trezentos e noventa e quatro reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 282.095/24-0 de 19 de julho de 2024.

O exercício social dessas companhias compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte, exceto em relação as companhias Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural, Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural e Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural, que possuem exercício social semelhante ao ano fiscal - janeiro a dezembro de cada ano – e, nesse contexto, seus resultados foram ajustados, para que as demonstrações financeiras consolidadas reflitam o período societário de 11 (onze) meses findos em 31 de março de 2025.

Em 28 de maio de 2021 o Grupo Virgolino de Oliveira entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; e obteve a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv)

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2025
Valores em Milhares de Reais

72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV.

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial.

Em 1 de fevereiro de 2023 o Grupo Virgolino de Oliveira, firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no qual todo passivo fiscal tributário será liquidado. Os tributos em atraso estão sendo consolidados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Por esse acordo, alinhado ao Plano de Recuperação Judicial homologado, haverá um pagamento inicial com recursos financeiros no montante de R\$ 53.215, já retidos e destinados para esse fim, nos autos do processo da Recuperação Judicial 1000626-29.2021.8.26.0531, além disso haverá a possibilidade da utilização de saldos de Prejuízos fiscais e de Bases Negativas da Contribuição Social, a parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

Em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 22 de fevereiro de 2023, foi deferido efeito suspensivo no Plano de Recuperação Judicial.

Em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 13 de março de 2024, foi deferido e reestabelecido o Plano de Recuperação Judicial.

Em 17 de Junho de 2024, foram liberados recursos no montante de R\$ 58.086.573,31 (Cinquenta e oito milhões, oitenta e seis mil, quinhentos e setenta e três reais e trinta e um centavos), recursos utilizados para pagamentos da 1ª Parcela nos dias 19 e 20 de junho de FGTS, Contribuição Social LC 110/01, Demais Débitos Federais e Débitos Previdenciários, conforme o acordo de parcelamento tributário que foi firmado em 01 de fevereiro de 2023, “ Termo de Transação Individual “ entre as recuperandas e a (PGFN) Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, acordo consolidado dia 18 de junho de 2024, a 2ª Parcela do “ Termo de Transação Individual “, vencerá em 30/06/2025.

A parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

Em 19 de Abril de 2024, foi firmado junto a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e a recuperanda Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA no qual foi parcelado o ICMS em 24 meses, a parcela inicial foi paga dia 29/04/2024.

Em 07 de Maio de 2024, foi firmado junto a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e a recuperanda Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA no qual foi parcelado os débitos não tributário em 36 meses, a parcela inicial foi paga dia 31/07/2024.

A companhia formalizou sua adesão ao ACORDO PAULISTA Edital/PGE/TR nº 3/2024. Este acordo oferece condições para a negociação de dívidas de ICMS de empresas que se encontram em processo de Recuperação Judicial.

Em sequência, a companhia iniciará as negociações com os Municípios de Ariranha,

Itapira, José Bonifácio e Monções, todos situados no Estado de São Paulo, buscando soluções para eventuais débitos municipais.

A situação atual das empresas: As unidades operacionais do GVO (Itapira, José Bonifácio e Monções) encontram-se atualmente paralisadas. A unidade de Ariranha, por sua vez, está programada para iniciar suas operações na segunda quinzena de abril de 2025, visando recuperar os níveis de produção anteriores.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização do ativo biológico, mensurado pelo seu valor justo conforme descrito adiante, e de outros ativos e passivos, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o grupo atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do grupo.

2.3 Transações, saldos e conversões em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional do grupo (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

- a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;

c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos, quando existentes, das operações do grupo no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.4 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

O grupo realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

As plantações de cana-de-açúcar (soqueiras) são classificadas como ativo imobilizado, mensuradas pelo custo amortizado e são depreciadas ao longo de seis safras subsequentes, de forma linear, que leva em conta o período de vida útil econômica do canavial.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

O grupo revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	7,80%
Máquinas e implementos agrícolas	15,59%
Veículos e equipamentos de transportes	17,02%
Outros imobilizados	12,99%

2.5 Ativo biológico

O CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola/ IAS 41 – *Agriculture*, abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, exceto plantas portadoras ou produtos agrícolas (na época da colheita). O ativo biológico e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda e é apresentado no ativo circulante considerando que a maturidade e colheita da cana-de-açúcar é de doze ou dezoito meses, conforme a muda utilizada no plantio.

A metodologia adotada pelo grupo para satisfazer essa exigência de cálculo é a avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar através do fluxo de caixa descontado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, tais como área produtiva e expectativa de produção, custos de plantio e de manutenção são revisadas anualmente, por ocasião da elaboração do balanço societário; outras estimativas como preços de comercialização dos produtos, são revisados periodicamente. As principais estimativas são: produção e produtividade por área, quantidade de açúcar (sacarose) por tonelada de cana-de-açúcar, preço do açúcar, preço do etanol, custos de plantio e custos de manutenção dos canaviais, taxa de câmbio, gastos com frete, colheita e transporte, além de taxas de juros.

A variação no valor justo do ativo biológico, de forma positiva ou negativa, até o limite de mais valias registradas, é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica “Custos dos produtos vendidos”. A parcela realizada é decorrente do consumo da porção do valor justo alocado aos estoques em períodos anteriores.

Na apuração do valor justo, o grupo leva em conta as seguintes considerações:

(i) Metodologia de avaliação

A metodologia utilizada na avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar é a do fluxo de caixa descontado.

(ii) Taxa de desconto

A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado é de 4,18% e representa o custo médio ponderado do capital (WACC), líquido de tributos. Esta taxa, revisada anualmente, é utilizada para ser aplicada aos fluxos de caixas futuros do ativo biológico.

(iii) Visão geral de mercado

A cana-de-açúcar própria tem duas origens distintas: (a) de plantio em terras próprias; e (b) de plantio de terras arrendadas ou mantidas em regime de parceria rural junto a terceiros, sendo o grupo o responsável por toda a atividade agrícola. Esses contratos têm vigência normalmente em períodos de seis anos (um ciclo, podendo haver renovação).

2.6 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

O grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.7 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

O grupo reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não se reconhece uma provisão.

O grupo constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos do grupo, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável ao grupo, em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

O grupo é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2025
Valores em Milhares de Reais

3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas ao custo e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e não excedem o valor de realização, e representam substancialmente estoques de insumos agrícolas, materiais de almoxarifado e outros.

5 Impostos a recuperar

	31/03/2025
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	59.025
Programa de Integração Social - Pis e Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	15.223
Outros	8.024
	<u>82.273</u>

6 Outros créditos

	31/03/2025
Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal	31.616
Empréstimos compulsórios	2.830
Demais contas a receber	<u>(14.796)</u>
	<u>19.650</u>
 Ativo circulante	 16.475
Ativo não circulante	<u>3.174</u>
	<u>19.650</u>

Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal

Está representado pelo saldo de créditos a receber que o grupo possui em processo judicial movido pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – Copersucar, que pleiteou indenização pelas usinas cooperadas, contra o antigo IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool (sucedido pela União Federal) por prejuízos decorrentes da defasagem de preços fixados pelo governo federal na década de 1980, conforme a Lei 4.870/65.

7 Investimentos

	31/03/2025
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	18.781
Agropecuária Terras Novas S.A - Ágio na subscrição de capital	<u>760.162</u>
	<u>778.943</u>

O investimento no CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A., é avaliado ao custo, ajustado pelo valor justo. O ágio apurado na subscrição de aumento de capital da controlada Açucareira

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2025
Valores em Milhares de Reais

Virgolino de Oliveira S.A. – em recuperação judicial no capital social da também controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – em recuperação judicial, é apresentado ao custo.

Investimentos avaliados ao custo em outras empresas

O grupo possui alguns outros investimentos, avaliados ao custo e remanescentes em sua escrituração há várias décadas. Apesar de alguns deles estarem relacionados a empresas existentes, não foi possível identificar e confirmar a adequada participação detida em cada uma dessas empresas. Em função de todo o tempo transcorrido, as expectativas de sucesso na localização desses investimentos, bem como, a sua adequada avaliação e mensuração são mínimas, em razão disso, foram constituídas “Provisões para perdas” nos exatos valores integrais desses investimentos, e registrado em conta de Provisão para Perdas em Investimentos, classificada no Ativo não circulante. Os investimentos e a provisão constituída *(estão sendo apresentados em Reais – R\$)* conforme segue:

	Custo	Provisão Perdas
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	1.430	(1.430)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia IPC90	894	(894)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	316	(316)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus	94.241	(94.241)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus IPC90	282	(282)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	230	(230)
Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba	26	(26)
Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba IPC90	26	(26)
Cooperativa Regional Agropecuária de Campinas	87	(87)
Cooperativa Regional Agropecuária de Campinas IPC90	87	(87)
Banco Bradesco S.A.	285	(285)
Banco Fenicia S.A.	2	(2)
Banco Nacional S.A.	3.344	(3.344)
Banco Brasileiro Comercial S.A. - BBC	50.000	(50.000)
Embraer S.A.	13.446	(13.446)
Condecrer S.A.	25.177	(25.177)
FISSET PESCA SUDEPE	654	(654)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	47.656	(47.656)
Fundo de Investimentos Setoriais FISSET - PESCA	14.455	(14.455)
Hospital São Domingos S.A.	2.491	(2.491)
Pagrisa Pastoril Agrícola S.A.	1.222	(1.222)
FINOR - Fundo de Investimentos no Nordeste	3.057	(3.057)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	19.328	(19.328)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.125	(1.125)
Cooperativa de Mococa	582	(582)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.119	(1.119)
	281.562	(281.562)

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2025
Valores em Milhares de Reais

8 Imobilizado

O imobilizado consolidado tem a seguinte composição:

Descrição	31/03/2025			28/02/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	252.890	-	252.890	252.890
Edifícios e benfeitorias	92.077	(54.958)	37.119	37.133
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	383.654	(277.088)	106.566	106.573
Móveis e utensílios	9.271	(7.718)	1.554	1.541
Obras em andamento	16.353	-	16.353	16.353
Mais valia - Ganho de capital de bens	676.464	-	676.464	676.464
Outras imobilizações	18.394	(17.717)	677	651
	1.449.104	(357.481)	1.091.624	1.091.606

A movimentação consolidada no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 28/02/2025	Adições	Depreciações	Baixas / Reclassif.	Saldo em 31/03/2025
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	252.890	-	-	-	252.890
Edifícios e benfeitorias	37.133	-	(14)	-	37.119
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	106.573	1	(8)	-	106.566
Móveis e utensílios	1.541	14	(1)	-	1.554
Obras em andamento	16.353	-	-	-	16.353
Mais valia - Ganho de capital de bens	676.464	-	-	-	676.464
Outras imobilizações	651	32	(6)	(0)	677
	1.091.606	46	(29)	(0)	1.091.624

Apresentamos a seguir, a composição e a movimentação do Imobilizado e das depreciações acumuladas, por empresa integrante do Grupo Virgolino de Oliveira, como segue:

Na controladora Agropecuaria Nossa Senhora do Carmo S.A.

Descrição	31/03/2025			28/02/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	11.189	(9.011)	2.178	2.192
Outras imobilizações	9.041	(8.791)	250	221
	20.231	(17.802)	2.429	2.413

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2025
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 28/02/2025	Adições	Depreciações	Baixas/ Reclassif.	Saldo em 31/03/2025
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	2.192	-	(14)	-	2.178
Outras imobilizações	221	32	(3)	(0)	250
	2.413	32	(17)	(0)	2.429

Na controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool:

	31/03/2025			28/02/2025
Descrição	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	1.717	(54)	1.663	1.671
Móveis e utensílios	108	(6)	103	90
Obras em andamento	541	-	541	541
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-
Outras imobilizações	366	(75)	290	290
	2.732	(135)	2.597	2.591

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 28/02/2025	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/03/2025
Terrenos e propriedades	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-	-
Máquinas, equipamentos e inst. industriais	1.671	1	(8)	-	1.663
Móveis e utensílios	90	14	(1)	-	103
Obras em andamento	541	-	-	-	541
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-	-
Outras imobilizações	290	-	(0)	-	290
	2.591	15	(9)	-	2.597

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2025
Valores em Milhares de Reais

Na controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.

Descrição	31/03/2025			28/02/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-
Máquinas, equipamentos e inst. industriais	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-
Obras em andamento	-	-	-	-
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-
	-	-	-	-

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 28/02/2025	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/03/2025
Terrenos e propriedades	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-	-
Máquinas, equipamentos e inst. industriais	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-
Obras em andamento	-	-	-	-	-
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-

Na controlada Agropecuaria Terras Novas S.A.

Descrição	31/03/2025			28/02/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	4.075	-	4.075	4.075
Edifícios e benfeitorias	13.576	(13.300)	276	276
Obras em andamento	95	-	95	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-
Outras imobilizações	8.862	(8.762)	100	103
	26.608	(22.062)	4.546	4.548

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 28/02/2025	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/03/2025
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	4.075	-	-	-	4.075
Edifícios e benfeitorias	276	-	-	-	276
Obras em andamento	95	-	-	-	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-	-
Outras imobilizações	103	-	(2)	(0)	100
	4.548	-	(2)	(0)	4.546

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2025
 Valores em Milhares de Reais

Na UPI Usina Catanduva Ltda

Descrição	31/03/2025			28/02/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	16.771	-	16.771	16.771
Edifícios e benfeitorias	11.606	(4.995)	6.611	6.611
Máquinas, equipamentos e inst. industriais	36.948	(30.063)	6.884	6.884
Móveis e utensílios	4.953	(3.967)	986	986
Obras em andamento	7.357	-	7.357	7.357
Mais valia - Ganho de capital de bens	215.483	-	215.483	215.483
Outras imobilizações	125	(89)	37	37
	293.243	(39.114)	254.129	254.129

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	28/02/2025				31/03/2025
Terrenos e propriedades	16.771	-	-	-	16.771
Edifícios e benfeitorias	6.611	-	-	-	6.611
Máquinas, equipamentos e inst. industriais	6.884	-	-	-	6.884
Móveis e utensílios	986	-	-	-	986
Obras em andamento	7.357	-	-	-	7.357
Mais valia - Ganho de capital de bens	215.483	-	-	-	215.483
Outras imobilizações	37	-	-	-	37
	254.129	-	-	-	254.129

Na UPI Usina Itapira Ltda

Descrição	31/03/2025			28/02/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	820	-	820	820
Edifícios e benfeitorias	7.759	(5.911)	1.848	1.848
Máquinas, equipamentos e inst. industriais	24.315	(18.463)	5.852	5.852
Móveis e utensílios	1.446	(1.094)	352	352
Obras em andamento	5.419	-	5.419	5.419
Mais valia - Ganho de capital de bens	110.657	-	110.657	110.657
Outras imobilizações	(0)	-	(0)	(0)
	150.416	(25.468)	124.948	124.948

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	28/02/2025				31/03/2025
Terrenos e propriedades	820	-	-	-	820
Edifícios e benfeitorias	1.848	-	-	-	1.848
Máquinas, equipamentos e inst. industriais	5.852	-	-	-	5.852
Móveis e utensílios	352	-	-	-	352
Obras em andamento	5.419	-	-	-	5.419
Mais valia - Ganho de capital de bens	110.657	-	-	-	110.657
Outras imobilizações	(0)	-	-	-	(0)
	124.948	-	-	-	124.948

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2025
 Valores em Milhares de Reais

Na UPI Usina José Bonifácio Ltda

Descrição	31/03/2025			28/02/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	2.980	-	2.980	2.980
Edifícios e benfeitorias	29.366	(15.183)	14.184	14.184
Máquinas, equipamentos e inst. industriais	183.268	(132.920)	50.348	50.348
Móveis e utensílios	1.462	(1.413)	48	48
Obras em andamento	2.462	-	2.462	2.462
Mais valia - Ganho de capital de bens	199.277	-	199.277	199.277
Outras imobilizações	0	-	0	0
	418.815	(149.516)	269.299	269.299

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	28/02/2025				31/03/2025
Terrenos e propriedades	2.980	-	-	-	2.980
Edifícios e benfeitorias	14.184	-	-	-	14.184
Máquinas, equipamentos e inst. industriais	50.348	-	-	-	50.348
Móveis e utensílios	48	-	-	-	48
Obras em andamento	2.462	-	-	-	2.462
Mais valia - Ganho de capital de bens	199.277	-	-	-	199.277
Outras imobilizações	0	-	-	-	0
	269.299	-	-	-	269.299

Na UPI Usina Monções Ltda

Descrição	31/03/2025			28/02/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	5.936	-	5.936	5.936
Edifícios e benfeitorias	17.954	(6.558)	11.396	11.396
Máquinas, equipamentos e inst. industriais	137.407	(95.588)	41.819	41.819
Móveis e utensílios	1.302	(1.238)	64	64
Obras em andamento	480	-	480	480
Mais valia - Ganho de capital de bens	151.048	-	151.048	151.048
Outras imobilizações	0	-	0	0
	314.126	(103.384)	210.742	210.742

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	28/02/2025				31/03/2025
Terrenos e propriedades	5.936	-	-	-	5.936
Edifícios e benfeitorias	11.396	-	-	-	11.396
Máquinas, equipamentos e inst. industriais	41.819	-	-	-	41.819
Móveis e utensílios	64	-	-	-	64
Obras em andamento	480	-	-	-	480
Mais valia - Ganho de capital de bens	151.048	-	-	-	151.048
Outras imobilizações	0	-	-	-	0
	210.742	-	-	-	210.742

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2025
Valores em Milhares de Reais

Na UPI Terras Parte I Ltda

Descrição	31/03/2025			28/02/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	216.117	-	216.117	216.117
	216.117	-	216.117	216.117

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 28/02/2025	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/03/2025
Terrenos e propriedades	216.117	-	-	-	216.117
	216.117	-	-	-	216.117

Na UPI Terras Parte II Ltda

Descrição	31/03/2025			28/02/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	6.190	-	6.190	6.190
	6.190	-	6.190	6.190

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 28/02/2025	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/03/2025
Terrenos e propriedades	6.190	-	-	-	6.190
	6.190	-	-	-	6.190

Na UPI Imóveis Ltda

Descrição	31/03/2025			28/02/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	0	-	0	0
	0	-	0	0

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 28/02/2025	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/03/2025
Edifícios e benfeitorias	0	-	-	-	0
	0	-	-	-	0

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2025
Valores em Milhares de Reais

Na UPI Imóveis Urbanos Ltda

Descrição	31/03/2025			28/02/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	627	-	627	627
	627	-	627	627

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 28/02/2025	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/03/2025
Edifícios e benfeitorias	627	-	-	-	627
	627	-	-	-	627

9 Salários a pagar e encargos sociais

	31/03/2025
Salários e honorários e encargos a pagar	1.113
Provisão de férias e encargos	1.686
Provisão para 13 salário e encargos	413
	3.212

10 Contas a pagar - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

Os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que o grupo, através de suas controladas Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool e Açucareira Virgolino de Oliveira S.A., atuaram como cooperadas junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – “Cooperativa”, e são assim apresentados:

	31/03/2025
Saldos líquidos de operações com a Cooperativa	56.825
Tributos sub-judice garantidos por fianças bancárias	34.263
Parcelamentos tributários	4.235
Adiantamentos recebidos por operações descontinuadas	32.571
Ajuste de AVP em dividas de longo prazo	(8.076)
Total	119.817
No passivo circulante	52.686
No passivo não circulante	67.131
	119.817

Os saldos líquidos de operações com a Cooperativa correspondem a recursos recebidos a título de adiantamento de safras futuras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2025
Valores em Milhares de Reais

Os tributos *sub-judice* garantidos por fianças bancárias, representam tributos que estão sendo questionados pela Cooperativa junto às autoridades tributárias respectivas.

Os Parcelamentos tributários representam a quota parte atribuída ao grupo em parcelamentos realizados pela Cooperativa.

O saldo de adiantamentos recebidos por operações descontinuadas, representam repasses de recursos garantidos por Notas Promissórias, com vencimento único em 31 de março de 2027. Considerando o vencimento único dessa dívida e o fato de não estarem sujeitas a encargos financeiros, o grupo utilizou como taxa de desconto a valor presente (AVP) a variação da taxa Selic estimada em 10,65% % a.a.

A companhia está aguardando a posição dos saldos junto à cooperativa para realizar os ajustes necessários. Não recebemos esses relatórios desde maio de 2019.

11 Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/03/2025</u>
Tributos Estaduais	231.141
Tributos Federais	26.408
Tributos Municipais	7.473
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço	58.158
Tributos Sindicais	<u>6.544</u>
	<u>329.724</u>

Como mencionado na Nota 1, em fevereiro de 2023, a administração do grupo firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, no qual todo o passivo tributário federal, inclusive o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, será liquidado, e eventuais processos judiciais ou administrativos existentes serão encerrados.

12 Contas a pagar no PRJ

Representa o montante a pagar aos credores do Plano de Recuperação Judicial, e possuem a seguinte classificação:

	<u>31/03/2025</u>
Credores Classe I - Trabalhistas	223.154
Credores Classe II - Com garantias	1.929.105
Credores Classe III - Quirografários	449.234
Credores Classe IV - Empresas de pequeno porte (EPP/ME)	12.749
Credores Extraconcursais	<u>18.439</u>
	<u>2.632.682</u>

13 Provisão para contingências

O grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2025
Valores em Milhares de Reais

ou não de constituição de provisão para contingências.

O grupo provisionou o montante de R\$ 43.306, o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência é registrada no resultado do exercício, na conta Outras despesas operacionais, líquidas.

Adicionalmente, o grupo ainda possui outros processos judiciais, cuja probabilidade de perda é possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras, e são estimadas em R\$ 81.438.

14 Partes relacionadas (Passivo não circulante)

Referem-se a saldos mantidos com pessoas físicas dos acionistas do grupo, conforme abaixo:

	31/03/2025
Espolio de Carmen Ruete de Oliveira	186.730
Hermelindo Ruete de Oliveira	86.914
Virgolino de Oliveira Filho	20.219
	<u>293.863</u>

15 Capital Social

O Capital Social consolidado é formado pelas participações dos acionistas Pessoas Físicas detidas em cada sociedade da Grupo Virgolino de Oliveira. As participações existentes entre as sociedades integrantes do grupo foram eliminadas na consolidação.

A composição do Capital Social consolidado é assim apresentada:

Empresas do Grupo Virgolino de Oliveira - Em recuperação judicial	Capital Social	Percentual de participação das pessoas Físicas	Parcelas eliminadas na Consolidação	Parcelas de acionistas pessoas Físicas
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.	30.527	100,0000%	-	30.527
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool	33.399	38,2238%	20.633	12.766
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.	455.000	0,6483%	452.050	2.950
Agropecuária Terras Novas S.A.	813.334	0,0123%	813.234	100
R.O. Serviços S.A.	50	100,0000%	-	50
Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool	2.256	100,0000%	-	2.256
Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Virgolino de oliveira Filho Produtor Rural	10	100,0000%	-	10
UPI Usina Catanduva Ltda.	254.130	0,0000%	254.130	-
UPI Usina Itapira Ltda.	124.949	0,0000%	124.949	-
UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.	269.300	0,0000%	269.300	-
UPI Usina Monções Ltda.	210.743	0,0000%	210.743	-
UPI Terras Parte I Ltda.	216.118	3,8990%	207.691	8.427
UPI Terras Parte II Ltda.	6.191	0,0000%	6.191	-
UPI Imoveis Ltda	1	0,0000%	1	-
UPI Imoveis Urbanos Ltda.	628	99,9600%	0	627
	2.416.656		2.358.923	57.733

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2025
Valores em Milhares de Reais

16 Receita operacional

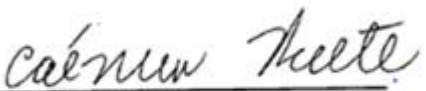
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Para o período, não houve vendas.

17 Gerais e administrativas

	31/03/2025
Despesas com pessoal	13.574
Serviços de terceiros	57.566
Taxas e tributos	2.236
Diversos	8.742
	<u>82.118</u>

18 Resultado financeiro

	31/03/2025
Receitas financeiras	
Outras operações	2.800
	<u>2.800</u>
Despesas financeiras	
Juros sobre atualização de Impostos a recolher / Outros	(26.629)
	<u>(26.629)</u>
Variações cambiais liquidas	<u>(156.600)</u>
Receitas (Despesas) financeiras liquidas do Plano de Recuperação Judicial	<u>-</u>
Resultado financeiro liquido	<u>(180.429)</u>


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
 CPF: 848.781.698-34


GIOVANI RODRIGO PRAIS
 CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

* * *